

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

ROSÂNGELA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS VIANA

UMA PALAVRA E SEUS SENTIDOS “FRONTEIRAS”

CÁCERES-MT

2025

ROSÂNGELA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS VIANA

UMA PALAVRA E SEUS SENTIDOS “FRONTEIRAS”

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

CÁCERES-MT

2025

© by Rosângela Da Silva Muniz Dos Santos Viana, 2025.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT Catalogação de Publicação na Fonte.

UNEMAT - Unidade padrão

V614u Viana, Rosângela da Silva Muniz Dos Santos.

UMA PALAVRA E SEUS SENTIDOS FRONTEIRAS / Rosângela da Silva
Muniz Dos Santos Viana. - Cáceres, 2025.

0f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Doutorado Acadêmico,
Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

1. Fronteiras. 2. Semântica do Acontecimento. 3. Designação.
4. Procedimentos de reescrituração. I. Guimarães, Eduardo Roberto
Junqueira. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81'37

ROSÂNGELA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS VIANA

UMA PALAVRA E SEUS SENTIDOS “FRONTEIRAS”

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Orientador – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Francineli Cezarina Lara
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Viviane Ferreira Martins
Avaliadora Externa – Universidade Complutense De Madrid - UCM

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva
Avaliador Externo – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a Deus;
À minha família e amigos que estiveram comigo nesta jornada;*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me tornar quem sou e por minha existência.

Agradeço à minha família.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Dr. Eduardo Guimarães, por me orientar no estudo da Semântica do Acontecimento e pela atenção disponibilizada em nossas conversas.

Agradeço à UNEMAT por me acolher.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT.

Agradeço aos professores Dr. Taisir Mahmudo Karim e Dra. Francineli Cezarina Lara, por me guiarem no estudo da Semântica do Acontecimento e pelas valiosas contribuições que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha família especial meu esposo Claudenir dos Santos Viana pela compreensão e apoio, meus filhos Magdiel Muniz Viana e Heloana Muniz viana que mesmo de longe me inspira e me incetiva nesta caminhada, meu genro Matheus de Lima Ferreira e Monique pela parceria e meus irmãos Robson Muniz e Raquelaine Muniz.

Agradeço aos meus pais Otacílio Muniz Macêdo e Maria Antero da Silva Muniz por me ensinar a trilhar ao caminho dos estudos apesar de estar in memória recordo do seu companheirismo e dedicação.

Agradeço a todos os colegas e amigos que fiz ao longo do meu percurso.

Agradeço imensamente ao grupo de estudos enunciativos, Significar.

EPÍGRAFE

“Fronteira é o lugar onde o sentido começa.”

— Paul Zumthor, *La Mesure du monde*

(tradução da autora)

RESUMO

Este trabalho, vinculado à Área de Concentração de Estudo de Processos Linguísticos, Linha de Pesquisa Estudos dos Processos de Significação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), visa refletir sobre o movimento de sentidos da palavra *Fronteira* na obra intitulada “Marcha para Oeste” - volume I e volume II – (1970) de Cassiano Ricardo. Pontualmente, analisa-se o movimento de sentidos da palavra nos recortes extraídos da obra *Marcha para Oeste*. Para tanto, nosso estudo toma o movimento semântico que leva o nome a significar no acontecimento da linguagem por considerar que a linguagem funciona por estar exposta ao real, enquanto constituída materialmente pela história. Desta forma, tomamos os estudos enunciativos, notadamente, os construtos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento/Enunciação (2002, 2011 e 2018), desenvolvidos por Eduardo Guimarães. O *corpus* se constitui de recortes do livro *Marcha para Oeste* (1970) e, a partir deste estudo, pretende-se mostrar que o processo de designação não é algo aleatório, nem unívoco, pois nessa posição a língua está sempre sujeita a falhas. Como parte do funcionamento semântico-enunciativo que constitui a designação de *marcha para Oeste*, na obra de Cassiano Ricardo, o movimento de sentidos da palavra “fronteira” é compreendida como uma exploração das divisões, limites e encontros entre diferentes espaços, ideias ou identidades. Também usa a palavra “fronteira” como uma metáfora para refletir sobre as fronteiras internas e externas, tanto no sentido geográfico quanto no psicológico ou social, mostrando como esses limites podem ser permeáveis ou desafiados. Mostraremos que uma palavra ou expressão pode construir uma rede de sentidos em sua relação com sujeito, língua e história.

Palavras-chave: Fronteira; Semântica do Acontecimento; Designação; Procedimentos de reescrituração.

ABSTRACT

A WORD AND ITS MEANINGS “FRONTIERS”

This work, linked to the Area of Concentration of the Study of Linguistic Processes, Research Line Studies of the Processes of Signification of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), aims to reflect on the movement of meanings of the word *Fronteira* in the work entitled “*Marcha para Oeste*” - volume I and volume II - (1970) by Cassiano Ricardo. Specifically, the movement of meanings of the word is analyzed in the clippings extracted from the work *Marcha para Oeste*. To this end, our study takes the semantic movement that leads the name to mean something in the event of language, considering that language works because it is exposed to reality, while being materially constituted by history. In this way, we take enunciative studies, notably the theoretical-methodological constructs of the Semantics of Event/Enunciation (2002, 2011 and 2018), developed by Eduardo Guimarães. The corpus consists of clippings from the book *Marcha para Oeste* (1970) and, from this study, we intend to show that the process of designation is not something random, nor univocal, because in this position language is always subject to failures. As part of the semantic-enunciative functioning that constitutes the designation of march to the West, we find the determination of this expression in all the events analyzed. We will show that a word or expression can construct a network of meanings in its relationship with the subject, language and history.

Key words: Frontier; Semantics of the Event; Designation; Rewriting procedures.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	13
A HISTÓRIA DA PALAVRA FRONTEIRA EM UMA PERSPECTATIVA TEÓRICA	13
1.1 O ÉTIMO DA PALAVRA FRONTEIRA: SENTIDOS CONSTITUÍDOS NA HISTÓRIA	14
CAPÍTULO 2	21
2.1 A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	21
2.2. ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO	28
CAPÍTULO 3	32
ESTABELECIMENTO DO <i>CORPUS</i>	32
CAPÍTULO 4	36
FRONTEIRA: UM OLHAR SEMÂNTICO PARA OS SENTIDOS DE FRONTEIRA NO ACONTECIMENTO	36
4.1 ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO DA CENA ENUNCIATIVA DA OBRA <i>MARCHA PARA OESTE</i>	36
4.2 VOLUME I: A FORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL	39
4.2.1 – <i>A formação dos grupos colonizadores e os sentidos de ocupação</i>	40
4.2.2 – <i>O recomeço no novo mundo e a transformação dos colonizadores</i>	43
4.2.3 – <i>As três paisagens culturais e a formação social colonial</i>	46
4.2.4 – <i>Configurações econômicas e geográficas dos grupos sociais</i>	49
4.2.5 – <i>Estratégias de ocupação e limites geográficos</i>	52
4.2.6 – <i>A geografia em favor e contra a história</i>	55
4.2.7 – <i>Sertão, montanha e rio: três funções para a marcha</i>	59
4.2.8 – <i>Sesmarias, avanços e território</i>	63
4.3 VOLUME II: A IDEOLOGIA DA MISTIÇAGEM E O PROJETO NACIONAL	69
4.3.1 – <i>Mestiçagem e Identidade Nacional</i>	70
4.3.2 – <i>Superstição, Mito e Simbolismo</i>	74
4.3.3 – <i>Bandeirismo e Fronteira</i>	76
4.3.4 – <i>Cultura, Poder e Sociologia do Sertão</i>	77
4.3.5 – <i>Marcha para o Oeste no Século XX</i>	80
4.3.6 – <i>O dizer de Estado e Projeto Nacional</i>	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está inserida na área de concentração “Estudo de Processos Linguísticos”, na linha de pesquisa “Estudos dos Processos de Significação”, com foco no funcionamento enunciativo da língua e dos modos de constituição de sentidos. A reflexão proposta ancora-se na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, conforme formulada por Guimarães (2002, 2018), tendo como objeto a palavra *fronteira*, observada na obra *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, publicada em sua quarta edição em 1970.

O estudo tem como objetivo compreender os sentidos produzidos pela palavra *fronteira* no conjunto de enunciados selecionados dessa obra, considerando que o sentido se constitui no acontecimento enunciativo e na relação entre sujeito, língua e história. Parte-se da hipótese de que o funcionamento enunciativo da palavra *fronteira* revela articulações semânticas que reconfiguram esse termo em sintonia com os valores ideológicos e políticos da obra e do tempo em que foi (re)editada.

Assim, a pesquisa busca demonstrar que a nomeação da *fronteira* não é neutra, mas opera como gesto político-enunciativo de inscrição de memória e de identidade nacional, evidenciando disputas de sentidos no interior do discurso histórico-literário.

O corpus da análise é composto pela obra *Marcha para o Oeste*, cuja narrativa mobiliza imagens e dizeres sobre o bandeirismo, a conquista do interior, o papel do Estado e o projeto de nação.

O *corpus* da pesquisa é composto pela obra *Marcha para o Oeste*, cuja narrativa explora elementos centrais da história e identidade nacional, mobilizando imagens e dizeres sobre o bandeirismo, a conquista do interior, o papel do Estado e o projeto de nação. A linguagem empregada por Cassiano Ricardo busca aproximar o leitor de uma visão integradora do território, evocando a marcha como símbolo civilizatório e nacionalista. Publicada originalmente em 1940 e reeditada em 1970, com modificações nos paratextos e reforço à política de interiorização da ditadura militar, a obra se inscreve em diferentes temporalidades enunciativas e políticas, marcando o entrecruzamento entre linguagem, poder e memória.

A análise dos sentidos da palavra *fronteira* será conduzida a partir dos procedimentos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento, especialmente os de reescrituração e articulação. Seguindo Karim (2012), o estabelecimento do *corpus* é uma tomada de posição teórico-metodológica fundamental: “O estabelecimento de um *corpus* para as análises nos

estudos de linguagem requer, antes de tudo, uma tomada de posição em relação ao procedimento teórico-metodológico, com o qual o pesquisador irá efetivamente desenvolver a análise” (p. 47).

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. O primeiro trata da história de enunciação da palavra *fronteira*, a partir de diferentes olhares disciplinares e materiais linguísticos que constituem seus sentidos em acontecimentos diversos. O segundo capítulo aprofunda o referencial da Semântica do Acontecimento, apresentando seus conceitos fundamentais e a trajetória de constituição dos procedimentos analíticos utilizados. No terceiro capítulo, estabelece-se os recortes do *corpus* para posteriormente proceder as análises. Por fim, o quarto capítulo é dedicado à análise propriamente dita dos recortes selecionados da obra de Cassiano Ricardo, em que a palavra *fronteira* emerge como operador semântico do dizer sobre o território, a identidade nacional e o projeto de Estado.

Desse modo, ao tomar a palavra *fronteira* como eixo de significação, a pesquisa busca compreender os sentidos produzidos nos diferentes acontecimentos em que essa palavra é atualizada, atentando para os gestos de nomeação e reescrituração que a atravessam no funcionamento enunciativo da obra *Marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo.

Assim, partindo dos fundamentos da Semântica do Acontecimento, situamos nossa análise na intersecção entre língua, sujeito e história, compreendendo que o funcionamento enunciativo da palavra não é estável nem atemporal, mas se reconfigura a cada novo acontecimento. Dito isso, passamos à investigação dos modos como *fronteira* se inscreve no dizer, analisando sua trajetória enunciativa e os sentidos que a constituem ao longo do tempo.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA PALAVRA FRONTEIRA EM UMA PERSPECTATIVA TEÓRICA

É o que também procurei fazer, nesta Marcha para Oeste. Apoiado, porém, no próprio documento que afirma: “e isto não é fábula”.

(Cassiano Ricardo)

Dizer sobre a história de uma palavra não parece ser algo complexo, no entanto, quando se trata da história de enunciação da palavra ou expressão, consideramos que essa passa a ser uma busca aprofundada. Neste estudo a palavra *fronteira* é tomada como objeto de análise que assume e reflete sobre como os sentidos dessa palavra são construídos enunciativamente.

Neste estudo procuramos corroborar sobre o atual estágio da pesquisa sobre a concepção política. Essa concepção é o eixo central e norteador das argumentações dos escritores. Assim sendo, buscamos desdobrar o conceito de *fronteira*, fazendo-o incidir sobre outros, para melhor compreender as ideias desses pensadores, bem como suas análises argumentativas sobre as mudanças, limites e possibilidades da política no mundo contemporâneo.

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos sobre a história de enunciação da palavra *fronteira*. Não se trata de uma história tomada no sentido cronológico, trata-se da história de uma palavra na sua relação enunciativa, no seu funcionamento de linguagem em acontecimentos diversos. Nessa perspectiva, consideramos a palavra *fronteira* como um enunciado, ou seja, como uma unidade de análise em acontecimentos específicos.

As análises sustentam-se no materialismo sócio-histórico como ancoragem da enunciação, de acordo com os pressupostos da teoria da Semântica do Acontecimento desenvolvida por Guimarães (2002, 2011, 2018), para quem o estudo da significação se constitui no funcionamento de linguagem na sua relação com a historicidade. Ao considerar a posição dessa formulação teórica, esquadrihamos como se constituiu a história de enunciação da palavra e em que medida essa história movimenta sentidos responsáveis pela construção de uma rede semântica que a designa e a determina diferentemente em textos diversos. A seguir, apresentamos um percurso que movimenta enunciados na construção de sentidos da palavra *fronteira*.

1.1 O étimo da palavra Fronteira: Sentidos constituídos na história

Nesta seção trataremos de algumas considerações sobre o conceito de *fronteira*. Para tanto, consideramos a história de enunciações da palavra *fronteira* a partir do movimento importante para a constituição dos sentidos da palavra *fronteira* na contemporaneidade. No entanto, buscamos nesta pesquisa olhar para a palavra *fronteira* do ponto de vista linguístico, tendo como base o viés teórico dos estudos enunciativos.

A palavra *fronteira* também não é neutra, mas carregada de valores. Para o exilado político, passar a fronteira significa libertação. Para o contrabandista, *fronteira* significa aflição. A palavra fronteira suscita sentimentos e valores diferentes. Mas ela é, também, uma palavra descritiva, 2 designa o lugar do início ou do fim: início de um Estado, ou fim de outro Estado. Numa linha visível ou imaginária de *fronteira*, um Estado termina e outro começa. *fronteira* é o fim do mundo para quem deixa o seu Estado de pertença; ou o início do mundo para quem volta ao seu Estado de pertença.

Fronteira é fato social, no sentido empregado por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* (1895). Ela é uma coisa criada (feita) pelos seres humanos. Coisa social, exterior, que se impõe (coercitiva) a dada coletividade. Porém, mesmo sendo reais, nem sempre as fronteiras são visíveis, pois além de fronteiras físicas, sedentárias, como as fronteiras geográficas entre os Estados - fronteiras *stricto sensu* -, podemos pensar também em fronteiras *lato sensu*, fronteiras nômades, espaços de encontro entre sujeitos diferentes no miolo dos Estados e não exclusivamente em suas bordas físicas. Se dois grupos culturais diferentes se encontram no miolo do Estado, tal encontro há um quê de encontro de fronteira (cultural), mesmo não ocorrendo nas bordas físicas do Estado.

A noção de fronteira no Brasil ganhou força sobretudo a partir da primeira metade do século XX, quando passou a ser incorporada como categoria estratégica de políticas territoriais e narrativas de identidade nacional. É nesse horizonte que a obra *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, se inscreve como material simbólico e político de grande relevância, justificando sua escolha como corpus deste estudo. No ano de 2002, temos umas das primeiras pesquisas, através da publicação de um artigo de Sérgio Lopes, apresentando “O Território Federal do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”, com o objetivo de demonstrar que a criação desse território federal se insere no grande projeto de ocupação e nacionalização de fronteiras consubstanciados na campanha denominada “Marcha para Oeste”,

do Governo de Getúlio Vargas. O autor inseriu-se dentro da chamada História Cultural e Política, trabalhando na sua pesquisa com autores como Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, além de outros na mesma linha de pensamento. Principalmente, focou a criação do território federal de Iguaçu, dentro da “Marcha para Oeste”, ou seja, da ocupação das regiões de fronteira, buscando oferecer as condições mínimas de organização social e econômica para a fixação do homem.

Durante o regime do Estado Novo (1937-45), o interior do Brasil, a chamada região afastada de áreas urbanas, era um espaço escassamente povoado e aparentemente de pouco interesse para os governos centrais anteriores, desde o período da colonização. Um dos objetivos do regime varguista era consolidar a unidade nacional, e para isso criaram-se planos para ocupar e conquistar definitivamente o território brasileiro. O Estado Nacional tornou-se responsável por organizar a nação brasileira, principalmente pela falta de informações confiáveis para descrevê-la. Dentro deste contexto, as “fronteiras” do país adquiriam um sentido muito mais complexo, não apenas separando territórios, o povo; entretanto, deslocava-se internamente, ocupando o vazio e o desconhecido (Gomes, 2002, p. 169).

Cassiano Ricardo teve grande influência do pensamento de Turner, ficando conhecido como “um Turner autoritário”, segundo uma observação feita por María Verónica Secreto (2007) que reforça o seu caráter americanista, no qual o Leste seria voltado para a Europa e o Oeste era o verdadeiro sentido de ser brasileiro. Ricardo também foi o expoente de uma das justificativas apresentadas pelos intelectuais, no qual o papel da “marcha histórica” dos bandeirantes rumo ao interior do país e suas riquezas representava a força necessária para desbravar o interior.

Do final do século XIX e durante o século XX, a discussão em torno da “*frontier thesis*” (tese da fronteira) e do mito de fronteira norteamericano tornava-se um tema recorrente devido aos estudos do pai da historiografia moderna nos Estados Unidos, Frederick Jackson Turner. O autor já era famoso por abandonar uma história política factual, introduzindo uma interpretação baseada em fatores econômicos e sociais; todavia, o lançamento da sua tese denominada “*The Significance of the Frontier in American History*”, em 1893, veio por trazer uma ampla aceitação do novo conceito de fronteira, visto que outros autores também elaboraram a sua visão do assunto, muitas vezes discordando de Turner, como Charles Beard, um dos principais ‘rivals’ do autor no início do século XX, tendo a sua teoria baseada em uma visão mais economicista (Avila, 2006; Lima, 1999, p. 41).

Segundo os estudos de Frederick Turner, os Estados Unidos de 1880 era um país com uma grande quantidade de “corpos isolados”, ou seja, grandes áreas desocupadas que

impossibilitavam a demarcação de uma fronteira. Para Turner, o caráter excepcional da existência das “terras livres” (*freelands*), no Oeste, foi o motor da democracia norte-americana e do caráter nacional (Ávila, 2006). O homem que adentrava a selvageria da fronteira, na opinião de Turner, aos poucos também a transformava, não como produto da antiga Europa ou das raízes germânicas; entretanto, um novo homem americano surgia, produto do Oeste. Nas palavras de Turner: “*Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independence on American lines*” (Turner, 1920, p. 1). Ou seja, o avanço da fronteira em direção ao Oeste era um afastamento da influência Europeia e um marco da independência Americana (Lima, 1999, p. 42).

O avanço ao Oeste não era um esforço em prol de uma política nacionalizadora, mesmo que, na opinião de Turner, o caráter americano e nacional nascesse desta aventura, como podemos observar no seguinte trecho: “*The growth of nationalism and the Evolution of American political institutions were dependent on the advance of the frontier*” (Turner, 1920, p. 11). A atração irresistível de riquezas naturais e principalmente das “terras livres”, trouxeram os pioneiros que fundaram as suas fazendas no meio destas condições primitivas no interior do país. Além das barreiras naturais, os indígenas foram uma resistência ao avanço da fronteira que, aos poucos, foi “apagada à força” pelo colonizador. O litoral com seu caráter europeu e inglês (leste), segundo Turner, tentou conter o avanço e a migração ao Oeste, numa falha tentativa de manter a dependência do país aos domínios ingleses.

O homem que rumava ao interior do país precisava de apoio do litoral, segundo Turner, do dinheiro, de uma melhor política social, construção, rodovias etc. Talvez um dos aspectos mais importantes no pensamento de Turner seja a promoção da democracia através do Oeste, resultado do ideal de “*self-government*” (Ávila, 2006). Este ideal esteve presente nas bandeiras que rumavam ao interior, segundo Cassiano Ricardo, de acordo com a obra “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*”. A fronteira era produto do individualismo daqueles que se aventuraram na busca de melhores oportunidades para a sua família, assim como a democracia. Para Turner, o aumento da população no interior do país, provocava medo no litoral, que tentava segurar a migração interna. Na opinião daqueles políticos da costa, como afirma o autor, a escola de políticos não podia se formar no meio da selvageria do interior, pois iria destruir os interesses do Atlântico (Turner, 1920).

O novo homem americano, para Turner, era aquele que nascia além da costa, no interior do país (Oeste), livre das forças europeias e pensando em uma nova forma de

democracia, diferente daquela imposta pelas influências exógenas do litoral. Entretanto, é importante ressaltar que, segundo Turner, primeiramente os interesses eram econômicos no Oeste e somente em segundo lugar viriam os interesses nacionais que englobariam a democracia. Ou seja, o homem do Oeste sabia viver sem a presença de autoridade, preservando a ordem, sem um controle excessivo do indivíduo, nas palavras do autor.

O Oeste era outro nome para oportunidades. Havia minas a serem exploradas, vales férteis a serem explorados, todos os recursos naturais abertos aos mais astutos e ousados. Os Estados Unidos são únicos no sentido de que o indivíduo tem um campo aberto, sem o controle das restrições de uma antiga ordem social ou da administração científica do governo. O self-made man era o ideal do homem ocidental, o tipo de homem que todos os homens poderiam se tornar. A partir de sua experiência na selva, da liberdade de suas oportunidades, ele criou uma fórmula para a regeneração social: a liberdade do indivíduo para buscar o que é seu. Ele não considerava suas condições como excepcionais e temporárias (Turner, 1920, p. 209) – Tradução da autora¹.

Após uma breve exposição de como a “fronteira” norte-americana e o seu conceito foram estruturados, podemos agora buscar entender como este autor e o seu pensamento foram entendidos aqui, na conquista do Oeste brasileiro. Robert Wegner (2000), nos apresenta na sua obra “A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda”, de 2000, o ambiente intelectual norte-americano, que trabalha com reflexões na obra de Frederick Jackson Turner e a sua noção de fronteira. Ao analisar as obras de Turner e Sérgio Buarque de Holanda, ele conclui que a fronteira é um processo de americanização, com valores e crenças da nossa tradição ibero-americana. Ou seja, ele vai contra as barreiras da modernização impostas em *Raízes do Brasil* pela tradição ibérica. Dessa forma, segundo Wegner, é possível observar uma mudança de perspectiva que permitiu uma nova maneira de pensar a relação da tradição ibérica e modernização.

Segundo Robert Wegner (2000), podemos dividir a tese de fronteira de Turner em três momentos diferentes. O primeiro seria o de adaptação de quem vem de fora às condições fornecidas pelo ambiente e os nativos que lá residem. O segundo momento, na sua opinião, surgiria “aos poucos”, quando o europeu seria capaz de ir transformando o ambiente que lhe

¹ The West was another name for opportunity. Here were mines to be seized, fertile valleys to be preempted, all the natural resources open to the shrewdest and the boldest. The United States is unique in the extent to which the individual has been given an open field, unchecked by restraints of an old social order, or of scientific administration of government. The self-made man was the Western man's ideal, was the kind of man that all men might become. Out of his wilderness experience, out of the freedom of his opportunities, he fashioned a formula for social regeneration, - the freedom of the individual to seek his own. He did not consider that his conditions were exceptional and temporary (Turner, 1920, p. 209).

impunha as condições naturais, anteriormente. Essa transformação seria o terceiro momento, quando a fronteira, produto da americanização, seria o fruto do rearranjo da tradição europeia e adequação aos padrões indígenas.

Em suma, Turner interpreta a história norte-americana como um recuo a padrões primitivos para a posterior retomada de uma evolução rumo à civilização, mas que, graças, ao primeiro movimento, não reproduz a velha Europa e aponta para uma civilização nova, democrática e com pleno vigor (Wegner, 2000, p. 101).

A noção de fronteira apropriada do livro de Frederick Jackson Turner, denominado de *“The Frontier in American History”*, de 1893, foi utilizada pelo Estado Novo para justificar o projeto da “Marcha para Oeste”. Segundo Andrade (2010), a obra de Turner teve grande influência no pensamento ocidental. Getúlio Vargas, assim como intelectuais do regime, tal como Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, entre outros, incorporaram o discurso de conquista da Amazônia e do interior. Estes espaços vazios a serem conquistados no interior do país eram o símbolo do progresso, civilização. Assim como afirma Cronon (1996 *apud* Andrade, 2010), ocorria a vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios), ou seja, todo aquele território abandonado do interior do país passava pelo processo civilizatório, em uma clara alusão ao pensamento de Frederick Turner. Esta apropriação também foi notada por María Verónica Secreto (2007, p. 18), ao afirmar que Cassiano Ricardo ficou conhecido como “um Turner autoritário”, com seu caráter americanista, no qual o Leste seria voltado para a Europa e o Oeste era o verdadeiro sentido de ser brasileiro.

Oliveira (2000) afirma que, entre 1890 e 1930, a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista, baseada na coragem destes homens que deram sentido à integração territorial do país. Afonso d’Escagnolle Taunay, Alfredo Ellis Jr., José de Alcântara Machado trataram de enaltecer a questão do bandeirante, reconhecendo “(...) o mameluco audaz que expandiu as fronteiras e descobriu o ouro” (Oliveira, 2000, p. 85).

Todos três foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ou do Paulista, segundo a autora. Afonso Taunay era o criador, diretor do Museu Paulista e filho de Alfredo Taunay. Foi autor da obra *“História Geral das Bandeiras Paulistas”*, no qual, por influência de Capistrano de Abreu, voltou os olhos para o interior, visto que Capistrano acreditava que a história do Brasil até o início do século XX era a do litoral. Taunay valoriza a expansão territorial, deixando de lado a questão do apresamento dos índios. Além disso, como diretor do Museu Paulista, teve papel decisivo na disseminação da celebração da memória do bandeirante e por preparar os festejos do Primeiro Centenário da Independência, em 1922.

Dessa forma e durante vários momentos, se deu a recuperação da imagem do bandeirante na história brasileira, principalmente durante a “marcha para Oeste”, sendo o bandeirante o protagonista do desbravamento histórico das nossas “fronteiras internas” (Oliveira, 2000).

Segundo Gilmar Arruda (2000, p. 16), na obra “Cidades e sertões: entre a história e a memória”, a própria São Paulo sofre uma drástica mudança, passando de “grande sertão” desconhecido para o marco da civilização e da urbanidade nos anos 40, recebendo milhares de pessoas que iam para a região, para ocupar o antigo “sertão” paulista. O Mato Grosso ganhava o status da antiga São Paulo, tornando-se o grande esta do desconhecido, mais rico e propício a ser explorado e povoado. A questão territorial era a base para a formação da unidade nacional. A marcha ao interior do país torna-se a referência para a identidade nacional; entretanto, uma espécie de identidade oculta nas “fronteiras internas”. Dentro deste imaginário, sertão-litoral, notam-se dualidades irreduzíveis na opinião de Candice Vidal e Souza (1997), Arruda (2000, p. 14), Lima (1999, p. 23) barbárie-civilização; atraso-progresso; natureza cultura; instinto-razão. Acima de tudo, a fronteira interna era a forma de recuperação da nacionalidade:

A solução para recuperar a nacionalidade cindida é retornar ao sertão levando o ímpeto civilizatório capaz de neutralizar suas características indesejáveis – o atraso e o vazio – e de lá ressurgir espalhando a brasilidade mais autêntica e resguardada pelo afastamento da costa. Acompanham-se, então, esses modos de fazer um Brasil uno em espaço e em distribuição da civilização, conforme estão sugeridos nas fontes de reflexão sobre o país, tal como é e tal como deve ser (Souza, 1997, p. 33).

Souza acredita que a identidade era construída aos poucos, visto que o sertão era sempre o desconhecido, constantemente relevado, e o Brasil não reconhecia o seu próprio Brasil, sendo apenas o litoral conhecido (1997, p. 38). Este espaço inexplorado sempre era relacionado à dualidade já citada, colocando a natureza como indissociável do interior e do homem que lá se aventurava, como seu semelhante. Tal ideia do sertão sempre como misterioso, também é exposta por Arruda (2000, p. 20). Esta imaginação geográfica em direção ao sertão é parte do projeto de construção nacional na opinião do autor, tido como a forma de resguardar o espírito brasileiro. Nesse sentido, como afirma Daryle Williams (2001, p. 261), o nacional e não nacional são extremamente subjetivos, títulos politizados por uma constante disputa política.

A “fronteira interna” do sertão ora era positiva e ora negativa. Existia uma dualidade consagrada pela cultura brasileira no caso do litoral sertão, a civilização versus barbárie,

cosmopolitismo versus brasilidade etc. Existiram autores, segundo Oliveira, que trabalharam com a visão romântica do sertão, perfeita, idealizada, como Afonso Arinos. E outros, como Euclides da Cunha, abordaram o sertão associado ao inferno, violência, barbárie, mesmo que num tom de denúncia e crítica. A visão realista muitas vezes colocou em risco a nacionalidade, enquanto a outra tratou de reforçar a importância do sertão na identidade nacional (Oliveira, 2000; Souza, 1997).

O conceito de “fronteira” adquiriu um sentido muito mais complexo, além de uma simples “linha” que divide os espaços geográficos entre os Estados, mas no sentido de uma população que se movimenta internamente pelo território, ocupando os espaços vazios ou já habitados, com tradições e costumes diferentes dos seus. Na “fronteira”, essas migrações podem receber pouco ou muito apoio governamental; entretanto, impactam o meio físico e social das regiões, assim como o daquela região de que saíram (Gomes, 2002, p. 168).

De acordo com Oliveira (2013), a “marcha para Oeste” apresenta sentidos como movimento de civilização, de progresso e de uniformização/igualdade para o Brasil, que até então estava dividido, pois apresentava um lado civilizado e progressista, o Leste, e um lado incivilizado e estagnado, o Oeste. Com a realização da marcha, o Oeste se tornaria civilizado, deixando de existir essa oposição no interior do país. Nesse sentido, a “marcha para Oeste” conforme as análises realizadas por Oliveira (2007; 2013), se constituía enquanto um movimento progressista e civilizador, portanto necessário ao país.

A realização dessa marcha possibilitou o surgimento de muitos povoados no interior do Estado de Mato grosso, principalmente devido à criação de pontos estratégicos que serviam de suporte para as equipes que compunham a “Expedição Roncador –Xingu”.

Dado todo o exposto, é possível concluir que o Brasil Republicano e, especialmente, o Estado Novo tinha o objetivo de ser o período da “marcha para Oeste” e da conquista das “fronteiras internas”, não apenas no aspecto geográfico, mas no povoamento da região, proporcionando condições econômicas, sociais para o homem povoar o interior do país, símbolo da verdadeira “brasilidade”, na opinião dos intelectuais do período. A seguir trataremos dos conceitos teóricos da Semântica do Acontecimento, Guimarães (2002 e 2018), que nortearam o capítulo das análises.

CAPÍTULO 2

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E A DESIGNAÇÃO E O ESPAÇO DA ENUNCIÇÃO

*A semântica é a disciplina científica que estuda a
significação da linguagem.
(Guimarães, 2012)*

2.1 A Semântica da Enunciação

Neste capítulo iremos tratar de alguns conceitos apresentados pela teoria da Semântica do Acontecimento que nos auxiliaram no capítulo de análise desta pesquisa. A partir do final do século XIX, com a constituição da semântica como disciplina das ciências de linguagem, várias posições se configuram tanto na filosofia da linguagem. Nestas a semântica passou a se configurar como parte da gramática, junto com disciplinas como uma disciplina científica que se ocupa da significação como uma disciplina geral e não como um componente da gramática. Ou seja, como uma disciplina que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem e não como um componente de uma disciplina cujo objeto é a gramática de uma língua ou das línguas. É nesta perspectiva que trataremos aqui a semântica da enunciação.

É interessante notar como Eduardo Guimarães, ao desenvolver sua teoria da Semântica do Acontecimento, estabelece conexões com outras correntes teóricas, como a Semântica Argumentativa de Ducrot e a Semântica Enunciativa de Benveniste. Ele enfatiza a importância da enunciação, destacando que ela não é apenas um ato linguístico, mas também está profundamente enraizada em contextos sociais e históricos.

A Semântica do Acontecimento nos ajuda a entender como a linguagem se relaciona com os eventos que descrevemos. Em vez de apenas ver a linguagem como algo que reflete a realidade de forma clara e direta, essa abordagem nos convida a explorar como os significados são construídos a partir dos acontecimentos. Isso significa que a referência na linguagem não é apenas uma questão de apontar para algo, mas envolve uma relação mais complexa entre o

que dizemos e o contexto histórico e cultural da língua. Assim, podemos perceber que a linguagem é um fenômeno dinâmico e multifacetado, que vai além da simples evidência.

Os estudos sobre enunciado e enunciação são realmente fundamentais para entendermos como os sentidos são produzidos na linguagem. Benveniste, por exemplo, destaca a importância da enunciação, que se refere ao ato de produzir um discurso em um contexto específico, levando em conta o sujeito que fala e a situação comunicativa. Já Ducrot foca na relação entre o enunciado, que é a estrutura linguística em si, e a intenção do falante. Juntos, esses conceitos nos ajudam a perceber como a linguagem não é apenas um conjunto de palavras, mas um processo dinâmico que envolve contexto, intenção e interpretação.

De acordo com Benveniste (1976), a enunciação é um ato individual que depende do locutor, que utiliza a língua para se expressar. Isso significa que a enunciação não pode acontecer sem a presença do locutor, que é fundamental para que os enunciados sejam produzidos. A relação de “apropriação” da língua pelo locutor é, portanto, uma condição necessária para que a enunciação ocorra.

O trabalho de Benveniste é relevante para Guimarães porque ele aborda a complexidade da significação linguística. Guimarães destaca que essa significação não se limita apenas às vontades ou intenções dos falantes, nem se restringe a simples relações com objetos. Em vez disso, ele enfatiza a riqueza e a profundidade do processo de significação, sugerindo que a linguagem é um fenômeno multifacetado que envolve uma série de interações e contextos. Essa perspectiva amplia a compreensão do papel da linguagem na comunicação e na construção de significados.

É interessante notar como Ducrot, em seus estudos sobre a semântica da enunciação, se conecta com as ideias de Benveniste e outros filósofos da linguagem.

O que Ducrot nos ensina é que cada vez que alguém se expressa, isso se torna um evento singular, influenciado pelo contexto e pela individualidade do locutor. Por outro lado, a frase em si, que é a estrutura do enunciado, permanece constante e pode ser utilizada em diversas situações e por diferentes pessoas. Isso mostra como a linguagem é dinâmica e rica, permitindo múltiplas interpretações e usos.

Considerando os estudos apresentados por Benveniste e Ducrot, Guimarães (1989) desenvolve sua teoria considerando a linguagem na relação com a exterioridade. Inclui em seus estudos a historicidade e ao apresentar o conceito de enunciação, caracteriza-o, socialmente. Considera, então, o enunciado como uma unidade discursiva, e o caracteriza como:

Elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala.

Nessa perspectiva teórica, a linguagem permite ao indivíduo falar do mundo, isto é, com a linguagem se diz de um todo no mundo, do que esse todo representa nele, pois, a linguagem, determina algo. Além disso, sabe-se que um de seus modos de produzir sentidos é pela enunciação. Apresento, então, o modo como compreendo esses dois elementos – texto e sujeito falante – no quadro da Semântica do Acontecimento. Segundo Guimarães (2002:18):

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são as pessoas na atividade físico- fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação.

Por sua vez, os espaços de enunciação, segundo Guimarães (2002:18)

São espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (...).

Trazer o conceito de sujeito falante é, de um lado, tirar o falante de um lugar empírico ao tomá-lo em relação ao conceito de sujeito da Análise do Discurso; por outro lado, afirmar o lugar de falante na designação do sujeito é tomá-lo como determinado pelo fato de que fala, de que enuncia. Nesse quadro, a enunciação é entendida como prática política, o que se explicita pela consideração do espaço de enunciação como espaço de divisão das línguas e dos sujeitos.

Nas análises, os espaços de enunciação são compreendidos a partir de suas configurações locais: as cenas enunciativas. As cenas caracterizam “modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (Guimarães, 2002, p. 23).

Eduardo Guimarães postula que “[...] a *enunciação* diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo”. Assim, do ponto de vista do autor, “trata-se, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (Guimarães, p. 18, 2018). O acontecimento é definido como “diferença na sua própria ordem” (Guimarães, 2002, p.12).

Observe como ocorre a abordagem da concepção de “acontecimento” para Guimarães (2002) e suas características:

O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ou seja, ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa a sua diferença. De um lado o acontecimento constitui um presente e abre uma latência de futuro, sem a qual ele não é um acontecimento de linguagem, sem a qual ele não significa, pois sem ela nada há aí de projeção de sentido. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um memorável que os faz significar (Guimarães, 2002, p. 59).

Ora, essa colocação teórica de Guimarães exige entender que a posição de saber inclui, no seu objeto, a consideração de que a linguagem fala de algo. Não há como pensar uma Semântica Linguística sem considerar que o que diz é, obrigatoriamente, construído na linguagem. Assim, o real que a palavra enuncia num texto e significa está num determinado tempo de acontecimento e, também, perpassa pelas suas enunciações.

A diferença na enunciação se faz a partir da temporalização: o acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica, mas simbólica. Inscrito no interdiscurso, memória ideológica de sentidos², o acontecimento enunciativo configura o seu presente pela rememoração de um passado de enunciações (os memoráveis), a partir dos quais projeta um futuro de interpretação. Este movimento é político. O político (ou a política) na enunciação é caracterizado “pela condição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (Guimarães, p.16).

Outro conceito importante para os estudos semânticos é o conceito de designação que é entendido como a significação de um nome enquanto “uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (Guimarães, 2002, p.9). Portanto, se trata, do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência de significação da palavra fronteira, repetindo e/ou deslocando sentidos, bem como de que modo é enunciado.

Assim sendo, ao procurar conceituar “acontecimento”, na linha da Semântica do Acontecimento, entende-se que este se constitui como discurso em uma prática descontínua, que se apresenta com temporalidades diferentes. Desta forma, o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo, e muito menos a ordem dos corpos.

²A *memória interdiscursiva* ou *interdiscurso* é compreendida como o conjunto do dizível historicamente constituído, tal como a define a *Análise do Discurso* (AD) de linha francesa (Pêcheux, 1975; Orlandi, 1996). Esta memória se atualiza e se refaz na relação entre discursos, entendidos como “efeitos de sentidos entre locutores”, produzidos na enunciação (Orlandi, *ibidem*, p.38).

Isso porque é no âmbito da materialidade que ele se efetiva, segundo salienta o teórico Foucault (2006): “que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (Foucault, 2006, p.57-58).

Se a língua não é totalmente autônoma em relação à materialidade discursiva, ele se inscreve, na enunciação, em um ou outro espaço de memória, ou rompe com a inscrição sedimentada em um desses espaços, mudando o sentido. Com relação à palavra, diria que sua divisão polissêmica é possibilidade de produção de uma identificação do objeto pela re-significação do signo. No acontecimento enunciativo, isto se dá na medida em que a palavra significa, como afirma Guimarães, pela relação que ela estabelece com outras palavras nas suas determinações em um enunciado, em um texto.

Por outro lado, é preciso considerar que as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas determinações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da *temporalização do acontecimento*.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (Guimarães, 2002, p. 12).

É porque o dizer se inscreve na história que o presente do acontecimento não é enunciação de um indivíduo tomado como sua origem. A partir da sua inscrição na memória interdiscursiva, na divisão ideológica dos sentidos, o acontecimento agencia as formas linguísticas e os enunciados que compõem o seu presente. Formas linguísticas e os enunciados que selecionam para esse presente um passado e projetam um futuro de interpretação.

O passado recortado pelo acontecimento são rememorações de enunciações anteriores. Cada uma dessas rememorações constitui um *memorável* (Guimarães, 2002, p.15). O presente do acontecimento alia, então, memória e projeção de interpretação.

A Semântica do Acontecimento assume que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Nessa perspectiva, considera-se que o sentido da palavra não é fixo, tampouco se reduz a um conceito; ele se faz

no enunciado, no texto que integra, pela relação que tem com o acontecimento em que funciona. A Semântica do Acontecimento (2002) define-se como o “[...] lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (Guimarães, 2010, p. 85).

O acontecimento tem materialidade que o leva a possuir significação e que precisa ser interpretado no jogo de sua instância, na pontualidade em que se mostra e em sua dispersão temporal. Nas palavras de Foucault (2002) “é preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos” (Foucault, 2002, p.59), portanto, significa, restabelecer ao discurso sua condição de “acontecimento”.

Outro ponto que nos interessa também é a filiação de Guimarães em relação a Ducrot em *Teoria da Polifonia* que constitui-se pelo conceito de sujeito polifônico na enunciação. Porém, quanto à posição da enunciação como um acontecimento histórico, Guimarães (2010, p.61) produz um deslocamento, pois compreende que “o histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento”. Portanto, ao incluir a história, a partir do diálogo com a Análise de Discurso, incide em uma ruptura em relação à semântica linguística postulada por Ducrot. Essa perspectiva histórica é fundamental para o conceito de memorável que Guimarães apresenta.

Ao formular a definição de enunciação, Guimarães marca as conexões dialógicas que mantém com a Análise do Discurso:

[...] um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (Guimarães, 1995, p. 70).

O teórico também trata da relação do locutor com a língua, na perspectiva de que a semantização é considerada relativamente ao funcionamento da língua: “Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (Idem, 2002, p.12), notam-se deslocamentos quanto à reorganização no conceito de enunciação. Conforme define em *Enunciação e História*, a enunciação é “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (1989, p. 78), por conseguinte, o acontecimento não é algo exterior à língua, à enunciação, mas é a própria enunciação, acompanhando o pensamento de Ducrot. Todavia, em *Texto e Enunciação* apresenta a história e o social diferentemente, como “acontecimento histórico” ou “como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento”.

Na semântica que se constitui a partir de Guimarães, os deslocamentos são específicos. Por exemplo, enquanto a teoria benvenistiana se centra no tratamento dado ao sujeito da enunciação à centralidade do sujeito, como aquele que “simplesmente e onipotentemente se apropria da língua”. Em Guimarães (2002) a enunciação é um acontecimento que se constitui pela relação do sujeito com a língua. Essa proposição de acontecimento de Guimarães afirma que para sua constituição considera-se, além do sujeito e da língua, os elementos da temporalidade e o real.

Pontua-se que a teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães se distingue das demais teorias linguísticas por apresentar conceitos como enunciado e enunciação, numa perspectiva precisa do que seja o histórico na língua. De tal modo, amplia um novo conceito de enunciação: ela é entendida como um acontecimento de linguagem determinado sócio historicamente (Guimarães, 2005).

Neste estudo, a língua é compreendida enquanto espessura material e histórica, ou seja, não se pode considerá-la como objeto abstrato; ao contrário, são objetos históricos. Desta forma, sempre se relacionam inseparavelmente de seus falantes. Para Guimarães (2002, p. 11), “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente enquanto no mundo físico, mas enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”.

Se o falante é agenciado em que o lugar que diz, este lugar que diz só o faz na medida em que o falante se divide em *lugar que diz* e *lugar social de dizer* (chamamos este lugar de *alocutor*), um lugar oficial, no caso: o falante ao ser agenciado a enunciar é dividido, pelo próprio agenciamento do falante, em Locutor e alocutor. De um lado o Locutor se apresenta como o lugar que diz, de outro o lugar que se diz só diz enquanto de um lugar social do dizer. Tal como indicamos acima, chamamos o primeiro dos dois lugares desta divisão de Locutor (ou L, simplesmente), e chamamos o segundo dos dois lugares, o lugar social do dizer, ou alocutor(-x), ou simplesmente al-x, onde x é uma variável a ser preenchida pela consideração do lugar específico em que o falante é agenciado. O agenciamento do falante a dizer constitui o que chamamos de *cena enunciativa*, que caracteriza as relações de uma *alocução*. O espaço de enunciação constitui-se assim como um litígio. Este caráter político é também próprio do acontecimento de enunciação (Ferrarezi, s/a, p.44-45).

Por conseguinte, o que se enuncia é necessariamente construído na linguagem, e de modo ímpar e singular no processo histórico de significação. O que diferencia na enunciação é que ela se faz a partir da temporalização, ou seja, o acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica, mas simbólica. Com isto o acontecimento enunciativo configura o seu presente pela rememoração de um passado de enunciações, a partir dos quais

projeta uma futuridade (futuro de interpretação). Deste modo, sobre a temporalidade o semanticista diz que,

[...] constitui o seu presente e um depois abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença de sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma temporalização, novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (Guimarães, 2005, p. 12).

Sabe-se que uma das características do acontecimento é que ele, o acontecimento, é político. Assim Guimarães (2005) o define como sendo,

caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (Guimarães, 2005, p. 16).

Deste modo, o que se pode dizer é que enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido constitui-se pelos modos de agenciamento do acontecimento de linguagem. O Locutor, ao ser agenciado com aquele que diz, fala somente na medida em que o falante é também agenciado por um lugar social e político, o de representante do império português.

A teoria Semântica do Acontecimento aborda outros conceitos que tomaremos como procedimentos de análise. Dentre eles estão o processo de articulação e reescrituração.

2.2. Articulação e reescrituração

Eduardo Guimarães, em seus estudos sobre linguística e análise do discurso, apresenta conceitos como articulação e reescrituração, que são fundamentais para a compreensão e produção de sentidos na linguagem.

Conforme Guimarães (2009), a análise deve considerar dois aspectos: os modos de articulação, relacionados às características de relação entre elementos linguísticos, e os modos de reescrituração, vinculados à reformulação desses elementos. Esses modos de relação são fundamentais para a descrição e a análise semântica dos enunciados. O autor inclui, entre os processos de articulação, relações como predicação, complementação e caracterização (relação determinante–determinado), tradicionalmente trabalhadas no estudo da frase ou do

enunciado. Para Guimarães (2009, p. 51), “a articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação”, isto é, um modo de relação local que produz sentido pela interação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento.

Um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra ao texto.

Segundo Guimarães (2018, p. 84):

O que o semanticista deve fazer é analisar estes modos de relação, ver como eles se dão na relação com o texto em que estão os enunciados, para poder considerar os sentidos assim produzidos. Ou dito de outro modo, cabe ao semanticista analisar em que medida estes modos de relação, nos mais diversos casos, faz parte, e como, da produção do sentido. Uma coisa importante a se dizer aqui é que estes modos de relação não têm nenhuma correlação direta entre um modo de relação e o sentido, porque o modo de relação inclui a relação com os lugares de enunciação que se constituem no acontecimento cuja temporalidade é o fundamento do sentido.

Sim, essas relações são fundamentais na organização dos enunciados, pois permitem a construção de significados de maneira clara e coesa. A maneira como os elementos se articulam, seja por dependência, coordenação ou incidência, influencia diretamente a compreensão do que está sendo comunicado. Cada tipo de articulação oferece uma estrutura específica que determina as relações entre as ideias, ajudando o leitor ou o ouvinte a captar a intenção do enunciador.

De um lado podemos considerar que os enunciados se constituem por uma relação de enunciação específica que constitui unidades com consistência interna estabelecida, exatamente por estas relações de articulação. Na organização dos enunciados funcionam relações gerais específicas que podemos considerar em três modos diferentes: dependência, coordenação e incidência. A articulação por dependência se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento, a articulação de coordenação é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes e a incidência é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma a um elemento do segundo tipo.

Nas articulações de dependência e coordenação o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual a enunciação de um lugar de Locutor se relaciona à enunciação de lugares de dizer (enunciadores) diferentes. Por outro lado, o dizer

do enunciador individual alude o dizer do enunciador coletivo e o dizer do Locutor aparece como um dizer que significa uma posição, um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto.

A reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado. Uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de articulação (Guimarães, 2018, p.85).

Para melhor compreender a questão da reescrituração pode ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação pela repetição. Como se vê, os elementos de um enunciado para serem adequadamente analisados do ponto de vista enunciativo, serão considerados a partir deste modo de relação por reescrituração. É uma relação de um elemento de um enunciado com elementos de outros enunciados, próximos ou não. E isto é parte do modo de produzir sentido (a integração dos enunciados ao texto). Assim esta operação de redizer é decisiva no modo como os enunciados, integrados a um texto, significam.

O processo de reescrituração liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e os mesmos pontos de um texto com pontos de outro texto. Este processo, ao se dar, produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz com que ela signifique de outro modo. É o modo pelo qual o sentido se produz por estes modos de relação são variados. Desta maneira o processo de reescrituração constrói o sentido de palavras e de expressões lingüísticas, em virtude do próprio processo com que se dá. O que é fundamental é que uma retomada se faz não como a remissão ao mesmo, mas, ao contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado. Por outro lado, a reescrituração apresenta as características da simetria e da transitividade.

Neste modo os procedimentos de descrição e análise precisam dar conta do modo de funcionamento dos enunciados na enunciação em virtude desta característica. Isto leva a considerar o que chamamos de modos de relação enunciativa por articulação e por reescrituração. A articulação diz mais diretamente respeito à produção da consistência interna e a reescrituração à produção da independência do enunciado e de sua relação de integração com o texto. Nas palavras do autor:

A relação de integração é aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser uma relação de um elemento linguístico de um nível com um elemento de nível superior. E não se trata de uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade (Idem, 2011, p. 43).

Assim sendo, considera-se também que, o enunciado se caracteriza por ter “uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram o texto” (Idem, p. 21). Portanto, analisa-se os sentidos de uma palavra, verificando o seu funcionamento em enunciados que integram os textos.

Deste modo, considera-se que “as análises são feitas de recortes específicos que sejam decisivos relativamente ao funcionamento do sentido da palavra. Recortes decisivos são aqueles que trazem, proeminentes, características do fato que, se procura analisar (Guimarães, 2011, p. 90). Assim, “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (Guimarães, 2002, p.7). Para a Semântica do Acontecimento o texto é definido como —uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação (Idem, 2011, p. 19). O texto integra enunciados através de uma relação transversal.

Um outro aspecto importante é a consideração do procedimento de sondagem para encontrar os enunciados, ou qualquer elemento que a ele se integre, que serão objetos de análise enquanto produzidos pelo acontecimento de enunciação.

CAPÍTULO 3

ESTABELECIMENTO DO *CORPUS*

A abordagem proposta por Karim (2012), também necessita de delimitar o *corpus* com base em critérios teóricos, em contraposição a critérios puramente empíricos. Isso implica que a seleção dos elementos a serem analisados deve ser guiada pela fundamentação teórica da pesquisa, garantindo que o corpus seja representativo e relevante para os propósitos da análise.

Essa perspectiva é de extrema relevância para pesquisas avançadas em Linguística, pois ressalta a importância de uma escolha cuidadosa e fundamentada na definição do corpus. Ao adotar uma abordagem teórico-metodológica bem fundamentada, o pesquisador pode assegurar uma análise robusta e significativa, contribuindo assim para o avanço do conhecimento na área de estudos de linguagem.

O estabelecimento de um *corpus* para as análises nos estudos de linguagem requer, antes de tudo, uma tomada de posição em relação ao procedimento teórico-metodológico, com o qual o pesquisador irá efetivamente desenvolver a análise (Karim, 2012, p.47).

Neste trabalho consideramos pertinente o estabelecido por Karim (2012), quanto à necessidade de se delimitar o *corpus*, assim como a necessidade de se seguir critérios teóricos e não empíricos. Adiante, no capítulo de análise, utilizaremos os procedimentos analíticos desenvolvidos por Guimarães que considera:

As análises são feitas de recortes específicos que sejam decisivos relativamente ao funcionamento do sentido da palavra. Recortes decisivos são aqueles que trazem, proeminentes, características do fato que, se procura analisar (Guimarães, 2011, p. 90).

Tomemos aqui a definição de Guimarães (2005), sobre recorte:

O recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência. (Idem, p. 44).

O corpus desta tese é composto por recortes extraídos da obra *Marcha para Oeste* (volumes I e II), de Cassiano Ricardo, publicada em 1970. A seleção dos recortes considera o funcionamento da palavra *fronteira* em diferentes acontecimentos de linguagem ao longo da obra, com foco na relação que esta estabelece com a expressão *Marcha para Oeste*. Os recortes foram organizados a partir da recorrência e da relevância enunciativa do termo *fronteira* em espaços que revelam deslocamentos de sentido, permitindo observar o modo como ele participa de um processo de designação vinculado a estratégias de produção de identidade e territorialidade no enunciado.

A constituição do *corpus* não se pauta por critérios quantitativos ou estatísticos, mas por procedimentos de leitura que identificam, na materialidade textual, pontos de emergência e reatualização da palavra *fronteira* como efeito de um funcionamento semântico-enunciativo. Ao inscrever-se na perspectiva da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002, 2011, 2018), este estudo compreende a seleção e o tratamento do *corpus* como parte do próprio processo analítico, no qual a palavra é tomada em sua condição de nome — não como classificação, mas como designação historicamente situada.

Dessa forma, o *corpus* aqui formulado permite observar a palavra *fronteira* semântico-enunciativamente. O gesto de recorte, portanto, está diretamente implicado na proposta de compreender o nome *fronteira* como instância de articulação entre língua, sujeito e história.

A definição de recorte dada por Guimarães (2005) complementa essa perspectiva, ao enfatizar que se trata de mais do que simplesmente uma sequência de palavras. É, na verdade, um fragmento do próprio acontecimento da enunciação. Essa distinção é crucial, pois evidencia que os elementos selecionados para análise estão interligados por uma relação intrínseca com o evento de enunciação, independentemente de sua ordem na sequência.

Essa abordagem metodológica é particularmente relevante para nossa pesquisa, pois destaca a importância de escolher cuidadosamente os elementos a serem analisados. Ao selecionar recortes decisivos, o pesquisador pode concentrar sua análise nos aspectos mais relevantes do fenômeno em estudo, proporcionando uma compreensão mais precisa e significativa.

Para a realização desta pesquisa, optamos por delimitar o *corpus* a obra *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo, em sua edição de 1970, como já dito acima. A obra, dividida em dois volumes, apresenta uma narrativa que articula elementos históricos, sociológicos, ideológicos e simbólicos, compondo uma materialidade enunciativa para a análise dos sentidos da palavra *fronteira*.

A estrutura dos volumes nos permitiu identificar grandes blocos temáticos que orientam a construção do dizer da “Marcha para Oeste”. No Volume I, observamos a constituição de uma narrativa sobre a formação social e política do Brasil, com ênfase nos processos de colonização, ocupação territorial e formação dos grupos sociais. Já no Volume II, o autor aprofunda o funcionamento de uma ideologia da mestiçagem e de um projeto nacional, nos quais a figura do bandeirante, a mestiçagem, a ocupação do sertão e a marcha são elementos centrais de articulação.

Para fins analíticos, organizamos o *corpus* conforme os seguintes eixos temáticos:

4.2 Volume I: A formação social e política do Brasil

- 4.2.1 – A formação dos grupos colonizadores e os sentidos de ocupação
- 4.2.2 – O recomeço no novo mundo e a transformação dos colonizadores
- 4.2.3 – As três paisagens culturais e a formação social colonial
- 4.2.4 – Configurações econômicas e geográficas dos grupos sociais
- 4.2.5 – Estratégias de ocupação e limites geográficos
- 4.2.6 – A geografia em favor e contra a história
- 4.2.7 – Sertão, montanha e rio: três funções para a marcha
- 4.2.8 – Sesmarias, avanços e território

4.3 Volume II: A ideologia da mestiçagem e o Projeto Nacional

- 4.3.1 – Mestiçagem e Identidade Nacional
- 4.3.2 – Superstição, Mito e Simbolismo
- 4.3.3 – Bandeirismo e Fronteira
- 4.3.4 – Cultura, Poder e Sociologia do Sertão
- 4.3.5 – Marcha para o Oeste no Século XX
- 4.3.6 – O dizer de Estado e a marcha como instrumento de governabilidade

A partir dessa organização, propomos agora a definição dos recortes enunciativos específicos a serem analisados em profundidade. Esses recortes funcionarão como acontecimentos de linguagem nos quais a palavra *fronteira* se articula com o dizer político, cultural e histórico, produzindo sentidos específicos no espaço enunciativo da obra. A seleção criteriosa desses recortes foi feita com base na relevância enunciativa para o funcionamento da palavra em sua relação com o texto, o sujeito e a história, conforme os pressupostos da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002, 2018).

A compreensão desses conceitos é essencial para uma análise aprofundada e teoricamente fundamentada. Ao aplicar essas ideias, o pesquisador pode explorar de forma mais precisa as relações entre formas linguísticas e seu papel na construção do sentido em textos complexos. Isso contribui para uma investigação mais substancial e rigorosa no campo dos estudos de linguagem.

Após o demonstrado nestes dois capítulos acima, que nos serviram de caminho para a nossa pesquisa, bem como, à explanação sob a teoria que nos filiamos, seguimos para o próximo capítulo, onde procederemos às análises.

CAPÍTULO 4

FRONTEIRA: UM OLHAR SEMÂNTICO PARA OS SENTIDOS DE FRONTEIRA NO ACONTECIMENTO

“A palavra não significa por si só. Ela significa num acontecimento de linguagem, na relação com outras palavras, com outros enunciados, com a história.” — Eduardo Guimarães, Semântica do Acontecimento (2002, p. 25)

4.1 Espaço de enunciação da cena enunciativa da obra *Marcha para Oeste*

Este capítulo tem como objetivo analisar o funcionamento semântico-enunciativo da palavra *fronteira* em recortes extraídos da obra *Marcha para Oeste* (volumes I e II), de Cassiano Ricardo, publicada em 1970. A análise será conduzida à luz da perspectiva da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002, 2005, 2018), com foco na constituição do espaço de enunciação em que esse nome se atualiza, se desloca e adquire produção de sentido vinculados à construção da identidade nacional e à territorialização do Brasil moderno.

O *corpus* é composto por recortes os sentidos de *fronteira* emerge em diferentes acontecimentos de linguagem, especialmente na relação que estabelece com a expressão *Marcha para Oeste*. A seleção dos recortes considerou tanto a recorrência quanto a relevância enunciativa do termo, observando-se os deslocamentos de sentido que marcam sua inscrição em cenas enunciativas distintas ao longo da obra. Tais deslocamentos permitem examinar como *fronteira* participa de um processo de designação que associa território, história e identidade em um gesto político-enunciativo característico do Estado Novo — e que ganha nova visibilidade na memória revisitada da década de 1970.

Como discutido nos capítulos anteriores, *Marcha para Oeste* não se constitui apenas como um texto de caráter literário ou historiográfico, mas como um acontecimento enunciativo que reorganiza sentidos sobre o passado nacional a partir de uma posição de dizer autorizada, a do Estado moderno que se inscreve no texto por meio da figura de Cassiano

Ricardo, tanto como locutor quanto como intelectual vinculado à política cultural do regime varguista. Nesse sentido, a palavra *fronteira* será examinada como um nome que opera simultaneamente sentidos identitários, agenciados por estratégias de apagamento/silenciamento, deslocamento e legitimação enunciativa.

A análise parte da reconfiguração da cena enunciativa da obra, identificando as posições de Locutor, Locutário e Enunciador em articulação com os acontecimentos que sustentam o enunciado. Em seguida, os recortes serão analisados individualmente, buscando compreender os sentidos produzidos pelo funcionamento do termo *fronteira* em sua articulação com o projeto de nação enunciado por meio da *Marcha para Oeste*.

Neste primeiro momento de análise, propomos descrever a configuração da cena enunciativa no acontecimento da linguagem tal como se materializa na obra *Marcha para Oeste* (volumes I e II), de Cassiano Ricardo. Trata-se de observar como se constrói um funcionamento de linguagem específico, no qual a palavra *fronteira* se inscreve como nome em um texto marcado por procedimentos semântico-enunciativos particulares, próprios de uma narrativa que se ancora na história, mas que se enuncia no modo de uma construção ideológica e política do território nacional.

Partimos, neste capítulo, da compreensão de que a palavra *fronteira*, em *Marcha para Oeste*, não se inscreve de forma neutra ou descritiva, mas emerge como nome em movimento, constituído por diferentes relações de dizer em distintos acontecimentos enunciativos. À luz da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002, 2005, 2018), trata-se de examinar como o funcionamento de *fronteira* está diretamente implicado em um agenciamento político da enunciação, que reorganiza lugares de dizeres e produz sentidos vinculados à construção da identidade nacional e à territorialização simbólica do Brasil moderno.

Segundo Guimarães (2018), o agenciamento da enunciação implica o agenciamento do falante a falar, dividindo-o em três lugares: o locutor, que se apresenta como aquele que diz; o alocutor, como aquele a quem se diz; e o enunciador, como o lugar do dizer — ou seja, o ponto de inscrição política e discursiva a partir do qual o dizer se constitui como acontecimento. Esta divisão não é apenas formal, mas implica relações de poder e de sentido, pois o que se diz e o modo como se diz são agenciados por posições sócio-históricas e ideológicas que sustentam a produção dos enunciados.

Assim, o locutor da obra, identificado com a figura do autor-narrador Cassiano Ricardo, funciona como aquele que toma a palavra, mas cuja posição é agenciada por uma cena enunciativa agenciado por um projeto político-cultural de expansão territorial e

nacionalização do Oeste. O alocutário-x, por sua vez, é atravessado como leitor-participante dessa memória construída, convocado a partilhar uma visão heroica, civilizatória e redentora da ocupação do território. Temos, portanto, um locutor-letrado e intelectual (alocutor-escritor), que enuncia para um alocutário-leitor idealizado, ambos inscritos em uma cena que se apresenta como nacional e histórica.

É a partir deste agenciamento que emerge um enunciador, entendido como lugar de dizer, que se configura como um ponto de autoridade discursiva, legitimado por sua vinculação com o Estado Novo e sua política cultural. Este enunciador, ainda que se manifeste por meio do locutor Cassiano Ricardo, não é apenas individual, mas se constitui como enunciador coletivo e político, falante autorizado de uma memória nacional. Ele enuncia *como se* estivesse fora da história, ou seja, a partir de um lugar de exterioridade que se pretende neutro e universal, mas que opera como lugar de poder. Trata-se, pois, de um enunciador universal que diz em nome do Estado, da Nação e da História, e que, ao fazê-lo, reposiciona o nome *fronteira* como categoria legitimadora da expansão e da identidade brasileira.

Essa perspectiva nos permite compreender a palavra *fronteira* como nome que não se limita à função referencial, mas que se constitui como efeito de um acontecimento de linguagem em que o dizer se produz por meio de relações determinadas entre sujeito, língua e história. Nessa cena, *fronteira* não é apenas um limite geográfico, mas um nome atravessado por estratégias de designação que operam na construção simbólica do território e da identidade nacional. Passemos, então, à análise dos recortes selecionados da obra.

Selecionamos alguns recortes que serão identificados pela letra **R** maiúscula e em negrito, sendo enumerados de acordo com a ordem dos acontecimentos, exemplo: **R1**, **R1(a)** etc. Em relação às sequências enunciativas de divisão dos recortes, utilizaremos letras minúsculas em negrito e entre parênteses, exemplo: **R1(a)**, **R1(b)**. No decorrer das próximas linhas do trabalho, apresentaremos os respectivos recortes dentro dos quadros. Assim, tomaremos como **R1**, **R2** e **R3**, nos propomos a compreender o movimento semântico de *fronteira* que estão em funcionamento no espaço de enunciação brasileiro. Este estudo é desenvolvido com base na compreensão dos enunciados como unidades de análise semântica enquanto como elementos linguísticos em um acontecimento na enunciação.

O nosso estudo irá abordar nos tópicos seguintes o funcionamento semântico-enunciativo construído pelo/no acontecimento enunciativo, a partir de enunciados diversos pertencentes à conjuntura social e política atual, observando os movimentos de sentidos produzidos pela temporalidade do acontecimento dessa palavra nos enunciados. Para nossa

primeira análise, tomemos o recorte-1 que retiramos do *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo Volume I: Publicado em 1940 pela Editora José Olympio e Volume II: Publicado em 1940, com edições posteriores em 1959 e 1970. A obra foi concebida durante o Estado Novo, período em que o governo de Getúlio Vargas promoveu a política da “Marcha para o Oeste”, visando à integração e desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Cassiano Ricardo, alinhado ao nacionalismo da época, utilizou a metáfora da bandeira para simbolizar a expansão territorial e a formação da identidade nacional. Em *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo propõe uma narrativa épica da formação do Brasil, centrada na figura do bandeirante como agente civilizador e unificador do território nacional. A obra articula elementos históricos, míticos e simbólicos para construir uma visão de Brasil mestiço, integrado e voltado para o interior. A partir da Semântica do Acontecimento, podemos analisar como o autor enuncia acontecimentos históricos não apenas como fatos, mas como acontecimentos que produzem sentidos e identidades. A enunciação de Cassiano Ricardo transforma a marcha para o oeste em um mito fundador, no qual a mestiçagem, a mobilidade e a conquista territorial são valores centrais no movimento da fronteira.

4.2 Volume I: A formação social e política do Brasil

Publicado em 1940, durante o Estado Novo (1937–1945), *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo se insere em um momento de forte centralização do poder estatal, marcado pela construção de uma identidade nacional unificadora e pela ideologia do desenvolvimentismo territorial. O dizer “Marcha para o Oeste” foi amplamente mobilizado pelo governo de Getúlio Vargas como estratégia para integrar o Brasil interiorano ao projeto nacional, ampliando a ocupação de regiões consideradas “vazias” ou “selvagens”, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia.

Nessa conjuntura, a obra de Cassiano assume papel emblemático: ao enunciar a atuação dos bandeirantes como força civilizadora, o autor contribui para um enunciado de identidade nacional baseado na mestiçagem, na mobilidade e na conquista territorial. A estrutura do dizer literário-histórico se aproxima do mito fundador, reconfigurando o passado para legitimar o presente e projetar o futuro da nação.

No subcapítulo 4.2, analisaremos como a narrativa de Cassiano Ricardo, que iremos considerar para nossas análises locutor-escritor constrói sentidos sobre a formação social e política do Brasil, a partir de oito recortes temáticos: a formação dos grupos colonizadores, a transformação do colonizador pelo novo mundo, a configuração das paisagens culturais e

econômicas, as estratégias de ocupação, a função da geografia, a personificação do sertão, montanha e rio, e a lógica das sesmarias como tecnologia de povoamento. A abordagem será feita à luz da Semântica do Acontecimento, observando como a enunciação sócio-histórica é construída para instituir sentidos de nacionalidade, território e poder.

4.2.1 – A formação dos grupos colonizadores e os sentidos de ocupação

Em R1, O locutor-escritor distingue dois grupos colonizadores: o grupo litorâneo, com sentido “português” e sedentário, e o grupo do planalto, com sentido “americano” e móvel. A mobilidade bandeirante é exaltada como característica essencial para a expansão territorial. Vejamos as análises abaixo de R1:

R1- “Chegada do colonizador. S. Paulo e Santo André, primeiros marcos da penetração dos grupos sociais. O grupo estável do litoral e o seu sentido “português”. O grupo móvel do Planalto e o seu sentido “americano”. A monocultura latifundiária e escravocrata, a caça às pedras verdes e a expansão agropastoril. Bandeira e propriedade imobiliária não rimam bem. As casas-grandes e as palhoças “andarilhas”. Qual o segredo da mobilidade bandeirante? O homo primitivus migratorius e a psicologia do grupo em movimento. Como era constituída a bandeira; classificação das bandeiras: a) quanto ao seu objetivo econômico; b) quanto aos meios de condução; c) quanto aos elementos raciais que nelas tomam parte; d) quanto à área geográfica em que operam os grupos bandeirantes; e) quanto aos seus fins militares. A marcha para Oeste e a sua gênese.” (*Marcha para Oeste*, p. 03)

Em R1- o locutor-escritor, ocupa a posição de um sujeito que enuncia do interior do projeto nacionalista do Estado Novo. Sua escrita, ainda que apresentada sob a forma de narrativa histórico-literária, é um ato de linguagem que reconfigura o passado como acontecimento fundacional, legitimando o presente político. Ao introduzir as figuras do “grupo litorâneo” e do “grupo móvel do planalto”, o locutor-escritor não está apenas descrevendo fatos históricos: ele está produzindo sentido sobre o que deve ser entendido como origem legítima da nacionalidade. E assume, portanto, uma posição autorizada, inscreve-se como quem sabe o que o Brasil foi, e o que ele deve ser. Essa autoridade é sustentada por um gesto duplo: de um lado, ele convoca uma memória coletiva do passado colonial; de outro, reinscreve essa memória sob novas coordenadas ideológicas (movimento, mestiçagem, conquista).

Na posição de alocutor-escritor, articula sentidos por meio de contrastes semânticos:

- litoral vs. planalto
- português vs. americano
- fixo vs. móvel
- casa-grande vs. palhoça andarilha

Esses pares não operam apenas como descrições topológicas, mas como chaves de leitura da identidade nacional. A articulação que ele realiza gera uma narrativa de origem segundo a qual a brasilidade real nasce não na imitação do europeu, mas na mestiçagem e na adaptação criativa ao território, o “americano” é aqui um sujeito inventivo e expansionista, legitimando o bandeirante.

O alocutor-escritor reescreve o dizer histórico dominante: em vez de narrar o Brasil como colônia portuguesa passiva, ele inscreve a nação como fruto de uma autocolonização heroica. Nesse gesto, o bandeirante deixa de ser personagem periférico e se torna enunciador da nação. datemos uma reescrituração por expansão do enunciado anterior (Brasil como colônia lusa) que é deslocado, e um novo dizer, que institui uma nova origem simbólica.

A figura do “homo primitivus migratorius” é central nessa operaçãoé o símbolo enunciativo de uma identidade que não se fixa, mas se expande, e que, ao fazê-lo, cria o território nacional.

Como alocutor-escritor, não apenas enuncia, institui sentidos fundacionais por meio da linguagem. Sua escrita é uma prática enunciativa que articula contrastes simbólicos e reescreve a história a partir de um projeto nacionalista. O acontecimento do dizer que emerge desse gesto produz o bandeirante como sujeito legítimo da brasilidade, mestiço, móvel, formador de território, apagando ou subordinando outras memórias possíveis.

Em “A monocultura latifundiária e escravocrata, a caça às pedras verdes e a expansão agropastoril”. Esse trecho apresenta uma relação de coordenação: elementos de mesma natureza sintática e semântica são justapostos em uma cadeia coordenada de práticas colonizadoras. Essa articulação cria um efeito de acúmulo de ações, funcionando como um campo semântico que define os modos de ocupação territorial.

Já em “O grupo estável do litoral e o seu sentido ‘português’. O grupo móvel do Planalto e o seu sentido ‘americano’.” Aqui temos uma dependência semântica entre o grupo e o seu sentido. Cada construção “o grupo X e o seu sentido Y” estabelece uma relação de de coordenação: nesta o “grupo” funciona como base (X) e o “sentido” como predicação enunciativa (Y). Esse modo de articulação constitui, no conjunto, uma unidade enunciativa que institui identidade enunciativa para cada grupo.

No enunciado “O *homo primitivus migratorius* e a psicologia do grupo em movimento.” Esse segmento revela uma incidência importante: o uso da expressão latina funciona como comentário sobre o que foi dito antes, ou seja, há um gesto enunciativo que fala da própria enunciação. A locução latina incide sobre o enunciado anterior e qualifica o bandeirante como tipo humano singular, ancestral, quase mítico, o que reforça a dimensão simbólica do texto.

Em “O grupo móvel do Planalto e o seu sentido ‘americano’.” O termo “americano” aqui reescritura “grupo móvel do Planalto”. A sinonímia não é meramente lexical, mas predicativa, o termo “americano” atribui um valor simbólico, ideológico e até identitário ao grupo bandeirante. Há um deslocamento de sentido, que reconfigura o grupo não como colono português, mas como novo sujeito autóctone da nacionalidade. A relação é de reescrituração predicativa por sinonímia simbólica, pois “americano” é um hipônimo ideológico de “brasileiro interiorano”.

E temos reescrituração por substituição e condensação em “As casas-grandes e as palhoças ‘andarilhas’.” A expressão “palhoças andarilhas” funciona como substituto simbólico da mobilidade bandeirante, reescrevendo “grupo móvel do Planalto” por uma imagem condensada. Temos aqui uma reescrituração por substituição simbólica e condensação: a imagem da “palhoça andarilha” representa, num só enunciado, o gesto de não-fixação, de nomadismo e de construção temporária da presença no território.

Na parte “Qual o segredo da mobilidade bandeirante? O *homo primitivus migratorius* e a psicologia do grupo em movimento...” aqui desenvolve enunciativamente a ideia anterior da mobilidade. A interrogação funciona como operador de deslocamento semântico, e a resposta (“*homo primitivus migratorius*”) atua como reescrituração por expansão. A estrutura enunciativa aqui assume uma forma quase didática: pergunta → definição simbólica.

Em R1, Cassiano Ricardo, como alocutor-escritor, constrói uma organização textual que articula e reescritura sentidos para instituir enunciativamente a identidade do grupo colonizador brasileiro. Os mecanismos de articulação (coordenação, dependência e incidência) organizam as unidades enunciativas, enquanto os de reescrituração (sinonímia, substituição, condensação e desenvolvimento) instauram uma produção de sentido que transforma o bandeirante em figura fundacional da brasilidade.

Nesse gesto, o alocutor-escritor não apenas enuncia a formação do território, ele a reinscreve como mito de origem da nacionalidade, operando enunciativamente a nacionalização da memória colonial. A fronteira, aqui, é enunciativamente ativada como espaço simbólico de expansão e fundação, onde o bandeirante, mestiço, móvel e não europeu,

se torna o sujeito legítimo da conquista e do pertencimento. Trata-se, portanto, de uma fronteira interna e enunciativa, na qual se realiza o deslocamento da centralidade colonial (litorânea e portuguesa) para uma nova centralidade nacional (interiorana e mestiça). Vejamos como ficam algumas paráfrases que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) O grupo litorâneo é fixo, com sentido português, ligado à casa-grande e à monocultura escravocrata.

(P2) O grupo do planalto é móvel, com sentido americano, associado à palhoça andarilha e ao bandeirismo.

(P3) A mobilidade bandeirante é um traço positivo que funda o território e a identidade nacional.

(P4) A brasilidade não nasce do europeu estático, mas do mestiço em movimento.

(P5) O bandeirante é enunciado como o “*homo primitivus migratorius*” — tipo humano simbólico da marcha e da fundação.

Dessa forma, as paráfrases (P1–P5) evidenciam que a palavra “fronteira”, no funcionamento discursivo de *Marcha para Oeste*, ultrapassa a condição de limite geográfico e se constitui como espaço simbólico de fundação da brasilidade. Ao instaurar a oposição entre o litoral fixo e o planalto móvel, o dizer reinscreve a identidade nacional a partir do movimento, da mestiçagem e da figura do bandeirante, enunciado como sujeito legítimo da nação. Assim, a fronteira se apresenta como acontecimento de linguagem que organiza sentidos históricos, políticos e culturais, produzindo significação e instituindo um novo lugar de origem para o Brasil.

4.2.2 – O recomeço no novo mundo e a transformação dos colonizadores

O alocutor-escritor argumenta que o novo habitat transforma os colonizadores, fazendo emergir características inéditas nas raças. A mestiçagem é apresentada como processo regenerador e fundacional da nova sociedade brasileira.

R2 – “Embora com a deliberação pura e simples de colonizar a terra selvagem e transportar impunemente a civilização de um continente pra outro, o caso é que eles vieram nascer de novo. Muitos deixaram a “ruim natureza” assim que pisaram o solo, “onde tudo havia de dar em se plantando”

“O novo habitat altera o sistema da própria hereditariedade: faz parecer numa raça características que jamais se haviam revelado” (Jennings). Parodiando o velho Pascual: eles traziam uma condição aristocrática lá e aqui virar uma verdade social diferente. Pois o índio não ia oferecer ao mundo uma ideia nova? ” (*Marcha para Oeste*, p. 04).

Neste recorte, o alocutor-escritor enuncia do interior de um projeto ideológico que busca reescrever a memória da colonização brasileira a partir da perspectiva de um renascimento simbólico no Novo Mundo. Ele assume a posição de quem sabe interpretar a história e os efeitos da colonização sobre os sujeitos colonizadores.

O uso da expressão “nascer de novo” não é apenas metafórico — é um ato enunciativo que transforma o processo colonizador em acontecimento regenerador. O alocutor-escritor mobiliza esse dizer para reinscrever o colonizador como alguém que, ao pisar em solo americano, deixa para trás sua “ruim natureza” europeia, passando a constituir-se em outro — mais adaptado, mais mestiço, mais autêntico.

Essa operação enunciativa reforça o alinhamento do alocutor-escritor com o projeto de identidade nacional proposto no Estado Novo, fundado na ideia de uma brasilidade forjada pelo contato transformador com o território e com o Outro (o indígena).

Em “Colonizar a terra selvagem e transportar impunemente a civilização de um continente pra outro...” O enunciado composto por coordenação apresenta duas ações simultâneas (colonizar / transportar), que, embora distintas, se organizam como um único gesto civilizatório. Essa articulação por coordenação, mostra a contiguidade entre ações sustenta o enunciado que será reescrito posteriormente, criando uma expectativa de linearidade que será desconstruída.

Temos Articulação por incidência em ““O novo habitat altera o sistema da própria hereditariedade: faz parecer numa raça características que jamais se haviam revelado’ (Jennings).” Essa citação de Jennings funciona como comentário autoritativo que incide sobre o enunciado anterior. O alocutor-escritor utiliza uma fonte externa para reforçar, ampliar e validar o sentido de transformação. Trata-se de uma articulação por incidência, em que o elemento citado atua como um tipo de “metadizer científico” sobre a própria enunciação.

No enunciado “...o caso é que eles vieram nascer de novo”. Temos uma articulação por dependência com o trecho anterior: embora a intenção fosse “transportar a civilização”, o que se efetiva, segundo o alocutor-escritor, é um nascimento simbólico. O enunciado principal

depende, sintática e enunciativamente, do enunciado concessivo anterior. Essa dependência reescreve o sentido do ato colonizador, deslocando seu foco da dominação para a recriação identitária.

Em “...vieram nascer de novo.” Temos uma reescrituração por substituição e elipse. Essa expressão substitui e reformula o gesto colonizador tradicional. Em vez de conquistar, o colonizador é transformado, ele “nasce de novo”. O gesto colonial é reescrito como um gesto de regeneração. Há uma reescrituração elíptica, pois o termo “colonizador” deixa de ser explicitado para reaparecer transformado, implicado na ação de renascer.

“O novo habitat altera o sistema da própria hereditariedade...” Essa citação de Jennings constitui uma reescrituração por expansão explicativa, que atua como uma definição técnica da transformação enunciada anteriormente. O uso do dizer científico dá densidade conceitual ao enunciado do alocutor-escritor, legitimando-o e expandindo seu alcance interpretativo.

Aqui temos uma reescrituração por sinonímia em “...deixaram a ‘ruim natureza’ assim que pisaram o solo...” A expressão “ruim natureza” reescreve a origem europeia do colonizador, funcionando como um termo de valor negativo atribuído à herança anterior. Ao deixar essa “natureza ruim”, o colonizador se reconfigura como outro sujeito, agora brasileiro em potência. Temos aqui uma sinonímia que predica negativamente o passado e positivamente o processo de transformação.

Em R2, o alocutor-escritor realiza um gesto enunciativo de reconfiguração do colonizador português, transformando-o, por meio da linguagem, em sujeito regenerado pela experiência americana. A colonização é reinscrita não como imposição civilizatória, mas como ocasião de autotransformação, o que alinha o dizer ao projeto nacionalista do Estado Novo, que valorizava a mestiçagem e a identidade “nova”.

A análise mostra que o enunciado se constitui por articulações de coordenação, dependência e incidência, as quais sustentam o encadeamento textual e a estrutura argumentativa. A reescrituração, por sua vez, opera por substituição, expansão, sinonímia e elipse, instaurando novos sentidos para velhos dizeres. Aqui, a fronteira é construída como lugar de reinvenção do sujeito, em que o colonizador europeu, ao transpor os limites do velho mundo, deixa de ser o mesmo, e, nesse deslocamento, emerge como brasileiro em potência. Assim, a fronteira funciona como acontecimento enunciativo de transformação identitária, onde se negocia e se institui o pertencimento ao território e à nação em construção. Vejamos como ficam algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) A intenção inicial era colonizar e transportar a civilização europeia.

(P2) O efeito foi a transformação do próprio colonizador: ele nasceu de novo.

(P3) O novo habitat altera a hereditariedade e produz um novo sujeito.

(P4) Ao entrar em contato com a terra e o indígena, o europeu se torna outro — mestiço, brasileiro.

(P5) O processo de colonização é reconfigurado como autotransformação regeneradora.

Assim, essas proposições (P1–P5) revelam que a palavra “fronteira” funciona discursivamente como espaço de transformação identitária, no qual a colonização é reinscrita como um processo de autotransformação do europeu. Ao invés de apenas impor sua civilização, o colonizador é enunciado como sujeito regenerado pelo contato com a terra e com o indígena, originando o mestiço e, por consequência, a figura do brasileiro. Nesse sentido, a fronteira deixa de ser apenas limite entre Velho e Novo Mundo e passa a ser acontecimento que institui a brasilidade como resultado de um processo de mestiçagem e de reinvenção do sujeito histórico.

4.2.3 – As três paisagens culturais e a formação social colonial

Segundo o texto em análise, identificam-se três paisagens culturais: o grupo ameríndio, o grupo do planalto e o grupo costeiro. Cada um contribui para a formação social colonial, influenciado por fatores geográficos e raciais. Vejamos o R3:

R3 – “Três índices muito veementes de três paisagens culturais: a do grupo ameríndio, a do grupo terra adentro e a do grupo costeiro, ou dos engenhos. Virá depois a vigorosa influência dos fatores geográficos sobre a organização dos poderes, no período colonial. Cada um deles especificando um grupo social, ou uma região social. Os organismos políticos que se vão criando modelam-se ao ambiente e adquirem uma estrutura peculiar e específica.

A sociedade do Norte e do Sul nascia unificada por vários motivos, pois que toda ela se processaria sob o regime da família patriarcal e híbrida na sua composição, dados os elementos raciais que a especificaram na sua origem.

O grupo ameríndio entra na nova sociedade com o bugre pro trabalho e com a bugra pra início da mestiçagem; o grupo do Planalto tem a sua atividade econômica voltada para a caça de pedras verdes, que o sertão explica; e o do litoral tem a sua atividade econômica voltada para o canavial, que o massapé explica.

O primeiro era nômade, na região onde a terra pertence a todos; o segundo seria móvel, empurrado pela geografia sobre o lastro mameluco para um objetivo

econômico que estava fora da sua região ecológica; o terceiro seria fixo, condensado pelo litoral e encontraria lastro humano de estabilidade no braço e na tendência sedentária do negro, logo importado em grande escala para a faina dos engenhos. (*Marcha para Oeste*, p. 13)

Neste recorte, o alocutor-escritor constrói um quadro triádico da ocupação do território colonial, estruturado a partir de três paisagens culturais, cada uma relacionada a um grupo social e a um espaço geográfico. Essa tríade (ameríndio / interior / litoral) é enunciada como fundadora de uma configuração nacional, marcada desde sua origem pela multiplicidade de sujeitos e de espaços ou seja, uma territorialidade fronteiriça que é tanto geográfica quanto identitária.

A operação enunciativa do alocutor-escritor nesse trecho é de delimitação e hierarquização de fronteiras internas: o litoral (engenhos), o interior (sertão) e o espaço indígena (ameríndio) são espaços simultaneamente distintos e contíguos, que se articulam para formar uma totalidade social. O espaço da fronteira, aqui, emerge como zona de contato, mas também de transformação e incorporação um espaço simbólico de trânsito e fusão, fundamental para a formação da brasilidade.

Temos uma articulação por coordenação em “A do grupo ameríndio, a do grupo terra adentro e a do grupo costeiro, ou dos engenhos.” Este enunciado é estruturado por coordenação aditiva de três elementos de mesma natureza sintática, os quais são apresentados como partes constituintes da paisagem cultural do Brasil colonial. A justaposição desses três grupos configura uma articulação que significa acúmulo semântico e geopolítico delineando uma topografia social que representa um tipo de fronteira interna: cultural, econômica e racial.

Já em “Cada um deles especificando um grupo social, ou uma região social.” Temos uma articulação por dependência, aqui uma dependência semântica entre o índice (a paisagem) e o seu efeito social (o grupo ou a região). A frase organiza uma relação do tipo determinante–determinado, onde o espaço físico-cultural (paisagem) determina a configuração social (grupo). Essa dependência projeta o território como produtor de identidades o que é central para os sentidos enunciados de fronteira como formação.

Tomemos outro enunciado do recorte: “Virá depois a vigorosa influência dos fatores geográficos sobre a organização dos poderes...” Esse enunciado incide sobre o enunciado anterior, qualificando-o e ampliando sua interpretação. O alocutor-escritor assume aqui a posição de comentador da própria enunciação, antecipando um desenvolvimento e reforçando o vínculo entre espaço e estrutura social. A geografia passa a operar como instância modeladora do poder, configurando o espaço como agente de historicidade ou seja, uma fronteira geopolítica produtora de instituições.

Em “Três índices muito veementes de três paisagens culturais...” temos reescrituração por expansão e definição, pois o termo “índices” é expandido pelas expressões que o seguem (“a do grupo ameríndio...”), o que constitui uma reescrituração por expansão explicativa e classificatória. Esse movimento predica o termo inicial, transformando “índice” em operador conceitual que define a relação entre paisagem, grupo e cultura.

Já em “Grupo costeiro, ou dos engenhos.” Temos uma reescrituração por sinonímia. . Pois, o uso da conjunção “ou” indica uma reescrituração por substituição sinonímica. O grupo costeiro é reconfigurado a partir da atividade econômica que o caracteriza (engenhos), o que predica e delimita socialmente a paisagem em termos de produtividade e escravismo. O litoral é reescrito não apenas como localização, mas como símbolo de um modo de vida escravocrata e fixo, em oposição ao “grupo terra adentro”.

No enunciado “A sociedade do Norte e do Sul nascia unificada por vários motivos...” Essa construção representa uma reescrituração *por condensação* globalizante das paisagens anteriores: o enunciado condensa os três grupos numa totalidade nacional, afirmando a unificação da sociedade colonial. Trata-se de uma reescrituração que projeta unidade a partir da diversidade anterior, reduzindo a heterogeneidade à lógica unificadora do Estado e da nação.

Em R3, o alocutor-escritor constrói discursivamente um mapa simbólico da formação do Brasil colonial, fundado na justaposição e articulação de paisagens culturais e grupos sociais racializados. Essa cartografia simbólica mobiliza os sentidos de fronteira interna, ao mesmo tempo em que delimita e conecta os espaços e sujeitos do território nacional.

A análise mostra que o enunciado se organiza por articulações de coordenação, dependência e incidência, que sustentam a estrutura compositiva da tríade cultural. Já as reescriturações (expansão, sinonímia, substituição, condensação) operam a atribuição de sentidos às paisagens, produzindo efeitos de totalização e identidade nacional.

Nesse gesto, o alocutor-escritor reescreve a memória do território brasileiro como uma configuração de fronteiras produtivas, onde o contato entre diferenças (ameríndio,

litorâneo, sertanejo) não é apenas dado geográfico, mas ato fundador da brasilidade. Tomemos agora algumas paráfrases de elementos do recorte, que sintetizam aspectos desse percurso:

- (P1) A formação colonial se deu por três grupos culturais: ameríndio, interiorano e costeiro.
- (P2) Cada paisagem cultural gera um grupo social e uma região social.
- (P3) A geografia influencia a organização do poder colonial.
- (P4) O grupo costeiro é reescrito como o grupo dos engenhos (escravidão/litoral).
- (P5) A sociedade colonial é apresentada como unificada, apesar da diversidade de paisagens e raças.

Assim, essas proposições (P1–P5) mostram que a palavra “fronteira”, nesse funcionamento do dizer, atua como princípio organizador da sociedade colonial. A diversidade de paisagens e de grupos culturais é reinscrita como parte de uma unidade nacional em constituição: ameríndios, interioranos e costeiros são diferenciados por seus espaços de vida, mas integrados na narrativa colonial como componentes de uma mesma origem. Nesse sentido, a fronteira deixa de ser apenas geográfica e se torna discursiva, produzindo identidades sociais distintas e, ao mesmo tempo, apresentando a colônia como totalidade simbólica.

4.2.4 – Configurações econômicas e geográficas dos grupos sociais

A análise das atividades econômicas revela a interdependência entre geografia e organização social. O nomadismo, a mobilidade e o sedentarismo são correlacionados às práticas econômicas e à composição racial dos grupos. Vejamos o R4:

R4 – “O grupo ameríndio entra na nova sociedade com o bugre pro trabalho e com a bugra pra início da mestiçagem; o grupo do Planalto tem a sua atividade econômica voltada para a caça de pedras verdes, que o sertão explica; e o do litoral tem a sua atividade econômica voltada para o canavial, que o massapé explica.

O primeiro era nômade, na região onde a terra pertence a todos; o segundo seria móvel, empurrado pela geografia sobre o lastro mameluco para um objetivo econômico que estava fora da sua região ecológica; o terceiro seria fixo,

condensado pelo litoral e encontraria lastro humano de estabilidade no braço e na tendência sedentária do negro, logo importado em grande escala para a faina dos engenhos.” (*Marcha para Oeste*, p. 13)

Neste recorte, o alocutor-escritor exerce sua autoridade enunciativa ao descrever a organização socioeconômica do território colonial a partir da relação entre espaço, grupo social e função econômica. Ao fazer isso, ele desenha um mapa enunciativo que associa a cada grupo, ameríndio, sertanejo e litorâneo, uma posição no processo de formação nacional.

A cena enunciativa opera pela distribuição das identidades segundo a geografia e pelas funções atribuídas a cada sujeito histórico, numa clara naturalização das fronteiras sociais e raciais. A associação direta entre raça, território e economia produz efeitos de essencialização que servem ao projeto ideológico do autor: justificar e legitimar o avanço colonizador como processo de integração nacional, a marcha simbólica e política para o interior.

“O grupo ameríndio... o grupo do Planalto... e o do litoral...” Aqui o enunciado é estruturado por uma articulação de coordenação de três blocos enunciativos, cada um deles associado a um grupo e a uma atividade econômica. A justaposição dos elementos cria uma articulação por acúmulo funcional: o enunciador apresenta os grupos como partes integradas e complementares da formação social brasileira, reforçando a lógica de uma sociedade moldada pela adaptação dos sujeitos à sua geografia.

No enunciado “...que o sertão explica”; “...que o massapé explica.” expressam relações de dependência entre atividade econômica e condição geográfica. O sentido do trabalho realizado pelos grupos sociais depende da geografia que os abriga, o que evidencia o uso da natureza como fundamento da organização social, uma estratégia enunciativa para naturalizar desigualdades e hierarquias. A geografia é convocada como elemento determinante dos papéis sociais, o que confere uma aparência de inevitabilidade histórica à configuração territorial.

Podemos observar uma reescrituração por sinonímia simbólica em “...com o bugre pro trabalho e com a bugra pra início da mestiçagem.” Aqui, o alocutor-escritor recorre a uma forma de reescrituração por sinonímia simbólica, ao significar os sujeitos ameríndios (bugre/bugra) por funções específicas (força de trabalho e matriz genética da mestiçagem). O ameríndio é reescrito como elemento funcional da nova sociedade, apagando sua agência histórica e transformando-o em suporte da narrativa nacionalista da mestiçagem como valor fundador.

Também pode-se observar uma reescrituração por substituição “...o grupo do Planalto tem sua atividade voltada para a caça de pedras verdes...”. Essa formulação reescreve o bandeirante do R1 sob uma chave funcional: o herói civilizatório é agora redefinido como agente econômico. Trata-se de uma reescrituração por substituição de identidade por função, na qual o sujeito da conquista é transformado em sujeito da produção, o que reforça o valor econômico da marcha para o oeste como prática de apropriação de recursos.

Já em: “...que o sertão explica”; “...que o massapé explica.” Observa-se uma reescrituração por condensação. Pois, essas expressões resumem complexas relações ecológicas e econômicas em fórmulas simbólicas condensadas. O território “explica” o sujeito, essa inversão retórica realiza uma reescrituração por condensação simbólica, que transforma a natureza em agente discursivo, justificando a distribuição desigual dos grupos sociais.

Em R4, o alocutor-escriptor enuncia um modelo de organização social que associa territórios, grupos raciais e atividades econômicas a partir de um jogo de dizeres enunciativos de naturalização. Essa estrutura enunciativa é sustentada por articulações de coordenação (entre grupos), dependência (entre função e geografia) e reescriturações que predicam os sujeitos a partir de seu lugar no espaço.

Essa topografia enunciativa instaura uma fronteira simbólica interna, em que o sertão se apresenta como zona de mobilidade e expansão, o litoral como espaço de estabilidade produtiva, e o ameríndio como limite incorporado, ou seja, como fronteira étnica incorporada à narrativa nacionalista.

Nesse quadro, a marcha para o oeste é legitimada como movimento de expansão que integra essas diferenças em uma totalidade nacional, apagando conflitos e reinscrevendo desigualdades como complementaridade funcional. A fronteira, portanto, não é apenas geográfica: é enunciativa e política, espaço onde se decidem os sentidos da brasilidade. Vejamos como ficam algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) O grupo ameríndio é incorporado pela força de trabalho (bugre) e pela mestiçagem (bugra).

(P2) O grupo do planalto é economicamente voltado à caça de esmeraldas, associado ao sertão e à mobilidade mameluca.

(P3) O grupo do litoral é fixo, voltado à cana-de-açúcar, com base no trabalho escravizado do negro.

(P4) Cada grupo combina geografia, economia e composição racial em uma organização social distinta.

(P5) A territorialidade colonial se estrutura a partir da correlação entre mobilidade, raça e prática econômica.

Assim, as proposições (P1–P5) revelam que a palavra “fronteira” funciona como operador discursivo da territorialidade colonial, produzindo identidades sociais distintas a partir da articulação entre espaço, raça e economia. O ameríndio, o mameluco e o negro são inscritos em diferentes regiões e práticas econômicas, compondo um mosaico no qual mobilidade e fixidez se tornam critérios de diferenciação social. Nesse processo, a fronteira não é apenas geográfica, mas discursiva: ela organiza os sentidos da colônia, determinando posições sociais e fundando a narrativa de uma sociedade territorialmente estruturada pela correlação entre raça, economia e espaço.

4.2.5 – Estratégias de ocupação e limites geográficos

A marcha para o oeste é descrita como processo descontínuo, impulsionado pela necessidade de conquista e posse rápida das terras. O bandeirante é apresentado como figura central na integração territorial do Brasil. Observemos, quanto a isso o R5:

R5 – ““A marcha para Oeste tinha que ser feita aos saltos, na sua ânsia de conquistar posições e de marcar a terra com sinais muitos rápidos de posse e conquista [...]

Os grupos saídos do Planalto tomaram, pois, rumos diversos e contraditórios. Uns para o Sul, outros para o centro e para o Norte. Mas a linha permanente de penetração, feita de esforços iniciais e paralelos, tinha que ser a do Oeste. Oeste, no caso brasileiro como antítese da costa.” (*Marcha para Oeste*, pp. 62–64)

Neste recorte, o alocutor-escritor constrói uma narrativa que justifica a descontinuidade do processo de ocupação territorial como uma estratégia necessária, determinada pelas condições físicas e humanas da colônia. O dizer se ancora no argumento da precariedade dos meios e da vastidão geográfica para naturalizar os métodos de apropriação, “aos saltos”, “com sinais rápidos”.

O enunciador reafirma, aqui, sua posição de autoridade no dizer histórico-ideológico da nacionalidade. Ele atua como intérprete da trajetória dos bandeirantes, atribuindo sentido estratégico e heroico ao movimento rumo ao oeste. A marcha para o interior é justificada como inevitável e necessária, apresentando-se como resposta histórica e geográfica a uma fronteira a ser superada, tanto física quanto simbólica.

Observa-se uma articulação por coordenação em “...conquistar posições e de marcar a terra com sinais muitos rápidos de posse e conquista...” temos aqui uma coordenação entre

ações, cujos efeitos se acumulam: conquistar e marcar, possuir e inscrever. Essa articulação não apenas soma gestos, mas constrói uma sequência de legitimação da ocupação territorial, em que o gesto físico de avançar se transforma em ato político-enunciativo de fundação nacional.

Já em: “...a linha permanente de penetração... tinha que ser a do Oeste.” O uso da expressão “tinha que ser” estabelece uma dependência lógica e histórica: a penetração territorial depende, necessariamente, de uma direção simbólica, o oeste. A construção articula causalidade ideológica entre direção e destino: o interior do território torna-se inevitavelmente o caminho do Brasil a se realizar, como se o sentido da história estivesse impresso na geografia.

No recorte acima “...na sua ânsia de conquistar posições...”, esse trecho funciona como um comentário que incide sobre o movimento da marcha, atribuindo-lhe uma pulsão, um desejo. Pois, o que está em jogo não é simplesmente a atribuição de características humanas à marcha, mas sim a emergência de um efeito de sujeito produzido enunciativamente. A marcha, enquanto processo sócio-histórico, passa a funcionar no enunciado como um sujeito do dizer, investido de vontade e direção. O alocutor-escritor, nesse gesto, produz um acontecimento de sentido em que o movimento territorial é figurado como pulsional, inevitável, quase mítico.

Trata-se, portanto, de uma configuração enunciativa em que o processo sócio-histórico não é apenas descrito, mas atuado como sujeito desejante, efeito de um funcionamento enunciativo marcado por um dizer nacionalista. Nesse funcionamento, o deslocamento territorial não se apresenta como construção histórica, mas como acontecimento naturalizado, cuja força e legitimidade são asseguradas pela linguagem.

Observa-se uma reescrituração por sinonímia e intensificação em “...com sinais muito rápidos de posse e conquista.” Os termos “posse” e “conquista” reescrevem o ato bandeirante como fundação de soberania, funcionando como sinônimos intensificados. Não há aqui menção à violência, à pilhagem ou à expropriação, há uma reescrituração por sinonímia política, que insere os atos em um vocabulário jurídico-nacionalizante. E temos também uma reescrituração por expansão em “...rumos diversos e contraditórios... a linha permanente de penetração...” O alocutor-escritor parte da ideia de dispersão (“diversos e contraditórios”) para construir, por contraste, uma reescrituração que expande e fixa um novo dizer: a marcha verdadeira é a que se orienta para o Oeste. A diversidade de rumos é um dado histórico; a direção ao oeste, uma imposição enunciativa. Temos aqui um efeito de homogeneização pela reescrituração por expansão e totalização. Em “...saltos”, “rumos”,

“linha de penetração”. termos que substituem e condensam longos processos históricos, militares e econômicos. Essas expressões figuram como reescrituras elípticas que mascaram a complexidade e a violência do processo colonizador, substituindo-as por imagens de avanço, caminho e inevitabilidade. Essa economia do dizer é característica do dizer de Estado, que busca eficiência simbólica por meio de condensações.

Em R5, o alocutor-escritor articula um dizer de legitimação da ocupação territorial, organizando sentidos por meio de coordenação entre ações de conquista, dependência semântica entre a ideia de destino e a direção geográfica, e incidência enunciativa que projeta humanidade sobre o movimento histórico. A reescritura opera por meio de sinonímia política (em que conquistar, ocupar e civilizar são colocados em equivalência valorativa), expansão justificadora (pela qual o deslocamento é associado ao dever nacional), e elipse estratégica (que oculta a violência do processo). Essas operações enunciativas transformam o avanço para o interior em ato fundador da soberania nacional, estabilizando sentidos no espaço do dizer nacionalista.

Nesse processo, a fronteira deixa de ser apenas o limite a ser superado: ela é reinscrita como espaço estratégico de sentido, onde a brasilidade se afirma contra a dispersão e o estrangeiro. A marcha para o oeste, nesse dizer, é o gesto nacional por excelência. ela atravessa a fronteira geográfica, mas também a simbólica: da colônia à nação, do litoral ao território inteiro.

O alocutor-escritor, não apenas enuncia essa trajetória, ele a constitui enunciativamente, produzindo um imaginário territorial no qual a fronteira é lugar de fundação, disputa e legitimação. Vejamos como ficam algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso, relativas ao recorte em questão:

(P1) A marcha para o oeste era descontínua e movida por pressa e ânsia de marcar território.

(P2) A conquista territorial se realizava por saltos, com ocupações rápidas e simbólicas.

(P3) Os grupos saídos do planalto seguiram direções variadas, mas a marcha ao oeste foi a linha constante.

(P4) O oeste é enunciado como antítese simbólica da costa — espaço da verdadeira brasilidade.

(P5) A estratégia de ocupação implicava descontinuidade física, mas continuidade ideológica do projeto nacional.

Construído a partir do recorte R5 (*Marcha para Oeste*, pp. 62–64), organiza o enunciado da marcha como acontecimento pulsional, necessário e simbólico. A marcha é dita como ação “aos saltos”, movida por “ânsia de conquistar posições” e marcada por “sinais muito rápidos de posse e conquista”, expressões que constituem sentidos de urgência e legitimação.

Os “grupos saídos do planalto”, embora descritos como dispersos (“rumos diversos e contraditórios”), são reconduzidos à direção inevitável da marcha: “tinha que ser a do Oeste”. Essa orientação organiza o Oeste como “antítese da costa”, produzindo significado de deslocamento simbólico da brasilidade do litoral para o interior, para a fronteira.

Portanto, articula dispersão real e convergência ideológica, fazendo do Oeste o novo centro do dizer nacionalista.

Ao vincular os sentidos da marcha à constituição simbólica da fronteira, compreendemos que o dizer nacionalista não apenas enuncia uma expansão territorial, mas funda a fronteira como espaço semântico e político de inscrição da identidade brasileira. A marcha não ocupa o território: ela o reinscreve discursivamente como espaço de origem da nação, uma origem que desloca o litoral para o interior/fronteira e transforma a borda em centro simbólico da soberania.

4.2.6 – A geografia em favor e contra a história

A geografia é vista ora como aliada, ora como obstáculo à história. A atuação dos bandeirantes é interpretada como força que molda a geografia em favor da unidade nacional. Vejamos agora o R6:

R 6 – “A geografia dos planaltos orientais, que fora um obstáculo à marcha durante três séculos, seria, enfim, obrigada a funcionar em favor da história, da raça conquistadora e da futura unidade física do país.”

“Daí é que partiu a bandeira, isto é, o homem que obrigou a geografia dos planaltos orientais a funcionar em favor da história, da raça conquistadora e da futura unidade física do país.

Mas era preciso pensar na hipótese contrária: a da geografia funcionando contra a bandeira. Esta, em outra qualquer fase da história humana, não se teria realizado. Exemplo: se os castelhanos houvessem tomado a dianteira aos paulistas,

ocupando o futuro do Brasil central e trazendo, à semelhança do que tinham feito os tupis anteriormente, a sua arrancada conquistadora (*moving frontier*) até as imediações da muralha que beira o oceano oriental. (*Marcha para Oeste*, p. 64-65).

Neste recorte, o alocutor-escritor ocupa a posição de sujeito que interpreta e ressignifica a relação entre o espaço geográfico e a ação humana. Em vez de tratar a geografia como mero dado natural, ele a inscreve como agente histórico, ora aliada, ora obstáculo. Essa concepção não é neutra: ela produz um sentido estratégico e ideológico, que desloca a natureza para dentro da narrativa política da nação.

O dizer “o homem que obrigou a geografia a funcionar em favor da história” configura um dizer enunciativo de atribuição de agência/ação ao sujeito bandeirante, transformando-o em força capaz de submeter o espaço à construção da pátria. O enunciador legitima, assim, a intervenção territorial como necessidade fundacional e a fronteira, como lugar de reconciliação forçada entre natureza e projeto nacionalista.

Observa-se uma articulação por dependência em “...o homem que obrigou a geografia... a funcionar em favor da história...” A estrutura frasal revela uma dependência sintático-semântica: a ação do “homem” determina a nova função da geografia. A articulação por dependência dá lugar a uma lógica de submissão do território ao sujeito histórico, relação crucial para legitimar a marcha como superação do obstáculo geográfico.

Em “...da história, da raça conquistadora e da futura unidade física do país.” Essa cadeia nominal é organizada por coordenação, em que os termos são alinhados como destinos simultâneos da intervenção geográfica. A geografia não é vencida apenas em nome da história, mas também da raça e da unidade. Essa articulação constrói um campo semântico de justificativa ideológica, naturaliza o avanço territorial como ação em nome de um bem maior.

Observa-se, no trecho “...a geografia dos planaltos orientais... em favor da história”, uma operação de reescrituração por substituição metafórica, na qual a geografia é enunciada como sujeito passivo, suscetível de ser “obrigado a funcionar”. A materialidade do relevo, antes obstáculo, é reinscrita como elemento maleável, vencido, conquistado. A geografia deixa de operar como limite físico e passa a ser significada como território politicamente produtivo, subordinado à lógica da ocupação nacional.

Trata-se, portanto, de uma substituição simbólica, na qual o espaço natural é reconvertido em cena de poder. Além disso, observa-se uma reescrituração por sinonímia intensificadora - aquela em que os termos que seguem o primeiro não substituem, mas amplificam e revalorizam o sentido. Isso ocorre com “história”, que é reforçada e

nacionalizada por “raça conquistadora” e “unidade física” - no encadeamento “...em favor da história, da raça conquistadora e da futura unidade física do país.” Nesse caso, os termos não são simplesmente equivalentes, mas organizam uma cadeia progressiva e valorativa que amplia o sentido do primeiro item (“história”) com os outros dois (“raça conquistadora” e “unidade física”), reforçando o projeto de unificação territorial e heroificação do sujeito nacional. Os três termos reescrevem o objetivo da ação do bandeirante em um crescendo enunciativo: da história (plano simbólico), à raça (plano identitário), à unidade física (plano territorial). Essa reescrituração organiza um dizer de missão nacional, em que cada elemento predica e intensifica o anterior, criando uma imagem de progresso inevitável. Em “...o homem que obrigou a geografia...” O termo “homem” elide o sujeito bandeirante e o projeta como universal, fundando uma representação genérica e heroica do agente colonizador. É uma reescrituração por elipse que funciona como condensação simbólica do sujeito nacional, apagando marcas de classe, raça e violência associadas à colonização.

Nesse recorte, o dizer nacionalista articula a reescrituração da natureza como história, fundando um território simbólico em que o espaço físico só adquire valor quando submetido à narrativa da conquista. A geografia, convertida em cena de poder, é posta a “funcionar” para um fim ideológico: consolidar a ideia de unidade nacional a partir da vitória sobre os limites naturais. A linguagem, nesse funcionamento, deixa de descrever e passa a produzir o acontecimento de um território enunciado como herança da marcha e projeto da nação.

Em R6, “a geografia dos planaltos orientais, que fora um obstáculo à marcha durante três séculos, seria, enfim, obrigada a funcionar em favor da história, da raça conquistadora e da futura unidade física do país” o alocutor-escritor constrói uma enunciação na qual a geografia é redimensionada como elemento político, passível de ser moldado pela ação civilizadora do bandeirante. A articulação por dependência se dá entre a ação do sujeito histórico (o bandeirante) e a submissão do território ou seja, o território é enunciado como efeito da ação do homem, subordinando a natureza à vontade civilizatória. A coordenação, por sua vez, articula elementos simbólicos de finalidade, “civilizar”, “integrar”, “fundar”, que operam como objetivos da marcha e reforçam a justificativa da conquista. A reescrituração atua por substituição simbólica (espaço natural torna-se território produtivo), por intensificação valorativa (em expressões que conferem heroísmo à ação colonial), e por elipse estratégica, que silencia a violência do processo.

Nesse funcionamento, a fronteira é ressignificada: ela deixa de figurar como mero limite geográfico ou obstáculo físico e passa a ser enunciada como espaço de conflito, submissão e fundação simbólica. A fronteira torna-se o lugar onde se desenrola o embate

entre natureza e civilização, entre o dado e o construído, entre o território inerte e o projeto nacional que se impõe sobre ele.

A marcha para o oeste, nesse enunciado, torna-se o meio pelo qual o Brasil se realiza plenamente — não como dominação apenas geográfica, mas como configuração enunciativa da unidade nacional. O espaço fronteiriço é, assim, onde a história vence a natureza, e o país encontra sua forma física, política e simbólica. Vejamos como ficam algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) A bandeira foi um gesto que subjuguou a geografia às necessidades da conquista.

(P2) O bandeirante moldou o espaço (geografia) para realizar a história nacional.

(P3) A geografia, que poderia ser obstáculo, foi apropriada como aliada simbólica.

(P4) A marcha e a conquista só foram possíveis porque o espaço respondeu ao desejo da ocupação.

(P5) A unidade territorial do país dependeu da submissão do espaço físico à narrativa da ocupação.

A bandeira, neste recorte, não é só um acontecimento qualquer, mas é nomeada como “o homem”, ou seja, há um efeito de sujeito sócio-histórico que atua sobre a geografia.

A geografia dos planaltos orientais, que era antes “obstáculo à marcha”, é reformulada enunciativamente como instrumento político — “obrigada a funcionar” para a história, a raça, e a unidade.

As reescrituras que ocorrem por: substituição simbólica: geografia física → território nacionalizado; Intensificação: cada nomeação (“história”, “raça conquistadora”, “unidade física”) amplifica o valor de destino da marcha; Hipótese contrastiva: se a geografia tivesse funcionado contra a bandeira (castelhanos, tupis, “muralha”), o Brasil teria outra configuração, isso organiza um domínio antonímico enunciativo.

A fronteira é, aqui, um ponto de tensão semântica, onde se disputa o direito à posse simbólica do território. Ela é apresentada como lugar do “funcionamento possível” ou “fracassado” da marcha.

O recorte R6, construído a partir do recorte das páginas 64–65 de *Marcha para Oeste*, permite observar o funcionamento enunciativo do nome “bandeira” como operador enunciativo que reorganiza os sentidos de “geografia” e “história” dentro de um domínio semântico de conquista. A geografia é reinscrita não como limite físico, mas como espaço de sujeição que “funciona” em favor de um projeto de ocupação. O sentido de oposição entre “geografia como obstáculo” e “geografia obrigada a funcionar” organiza um campo de disputa semântica no qual a fronteira se torna o espaço de legitimação simbólica da nacionalidade.

Nesse funcionamento enunciativo, a geografia deixa de ser um dado natural para ser mobilizada como nome político, convocada a funcionar no interior do enunciado como espaço orientado pela ação do sujeito histórico. O que se observa, portanto, não é a simples descrição de uma paisagem, mas a produção de um território como acontecimento de sentido, estruturado a partir de operações de nomeação, substituição simbólica e intensificação valorativa. A fronteira, nesse processo, não é um limite geográfico, mas um espaço de acontecimento enunciativo, onde o natural é reconfigurado como projeto nacional.

Nessa formulação, o alocutor-escritor predica a geografia como elemento enunciativamente condicionado, que pode operar a favor ou contra a marcha. A terra deixa de ser um dado natural e passa a ser sujeito de enunciação sócio-histórica, um espaço que responde, resiste ou colabora com o projeto simbólico da unidade nacional. É uma inversão importante: o espaço físico não antecede a história, ele é constitutivo enunciativamente como parte dela, conforme o significado da ocupação.

4.2.7 – Sertão, montanha e rio: três funções para a marcha

O sertão atrai o homem; a montanha a empurra terra adentro; o rio o conduz. Esses elementos naturais são personificados, atribuindo-lhes papel ativo na marcha para o oeste.

Vejamos o R7:

R7 – “Para resumir em três momentos funcionais o papel que coube ao sertão, à montanha e ao rio, respectivamente, no impulso inicial da marcha para Oeste, se dirá: a) O sertão chamou o homem; b) a montanha empurrou-o terra adentro, dizendo-lhe ‘vá ver o que sertão quer’; c) e o rio, algumas vezes, o conduziu nos ombros pra que ele fosse saber o que o sertão queria...” (*Marcha para Oeste*, p. 67).

Neste recorte, o alocutor-escritor abandona momentaneamente a construção enunciativa histórica e assume uma postura performática e simbólica, quase poética (metafórica), ao enunciar os elementos naturais como sujeitos da ação. Sertão, montanha e rio são personificados, dotados de agenciamento do dizer, falam, conduzem, empurram. A marcha para o oeste, portanto, é reposicionada como resposta do homem a uma convocação da natureza.

Essa operação enunciativa configura uma cena de encantamento do território, em que a natureza não é apenas espaço ou obstáculo, mas elemento fundacional da brasilidade. O alocutor-escritor dá voz ao espaço, e, com isso, reinscreve o avanço colonial como ato de escuta e resposta ao chamado da terra, deslocando o gesto de dominação para um dizer de cumplicidade e destino compartilhado.

Em “O sertão chamou... a montanha empurrou... o rio conduziu...” As três orações, coordenadas numa enumeração, compõem uma sequência ordenada de ações que distribuem papéis funcionais à geografia. Essa articulação coordenada constrói um percurso simbólico da marcha: convocação → deslocamento → condução. A contiguidade entre esses elementos não é apenas sintática, mas enunciativamente produtiva, pois estabelece o território como agente múltiplo da nacionalidade. Já em “...para que ele fosse saber o que o sertão queria...” O deslocamento do homem (o bandeirante) depende do enigma do sertão. Há aqui uma articulação por dependência teleológica, em que o destino da marcha está vinculado à necessidade de responder a um chamado da terra. Essa dependência narrativa transforma a conquista em busca, e o território em mistério a ser revelado. Como vemos em “...dizendo-lhe ‘vá ver o que o sertão quer’...” A fala atribuída à montanha é um comentário dentro do próprio enunciado, uma relação enunciativa construída como citação interna. A montanha torna-se enunciativa, o que reforça a centralidade da natureza como sujeito ativo. Isso configura o espaço como cena de enunciação plural, na qual o homem e a geografia compartilham agência.

No enunciado “O sertão chamou o homem”, observamos um funcionamento enunciativo no qual o sertão é nomeado como sujeito de ação, instaurando uma relação não de imposição, mas de convocação. Aqui ocorre uma reescrituração por substituição: o avanço colonial, historicamente configurado como ação do homem sobre o espaço, é redito pela forma inversa, o espaço é que chama o homem. A enunciação rediz o processo colonizador como resposta a uma chamada, e não como invasão, produzindo, assim, um deslocamento de sentido que atribui ao sertão o lugar de sujeito iniciador. O que é reescriturado aqui é justamente a relação tradicional entre sujeito colonizador e espaço colonizado: o que antes era

violência ou dominação é redito como escuta e resposta. Não se trata, portanto, de uma metáfora, mas de uma operação de substituição enunciativa que atribui ao sertão um papel ativo na constituição do movimento territorial.

No trecho “...o rio, algumas vezes, o conduziu nos ombros...”, temos um novo acontecimento de enunciação, em que o rio é produzido como sujeito de cuidado. A forma “conduziu nos ombros” realiza uma reescrituração por especificação sobre o que significa “conduzir” ou “atravessar”: não é um atravessar violento, mas um transportar cuidadoso. A forma do dizer predica um efeito de suavização da travessia, conferindo ao rio uma função quase afetiva, protetora. Assim, o rio, geralmente compreendido como barreira natural, é redito como agente auxiliar da marcha.

Já no enunciado “pra que ele fosse saber o que o sertão queria”, temos uma reescrituração por elipse. A expressão “o que o sertão queria” suspende o sentido pleno, deixando em aberto a predicação do verbo “querer”. A ausência de um complemento definido abre o enunciado para uma pluralidade de interpretações: o sertão queria ser habitado, revelado, conquistado? O elemento elíptico aqui é reescritura do desejo nacional em forma suspensa, o não dito produz sentido de expansão simbólica, em que o sertão aparece como sujeito desejante, mas cujo desejo só pode ser interpretado, nunca preenchido. Dessa forma, pode observar um mitopoético: a omissão reforça o efeito simbólico da marcha e da relação entre espaço e identidade nacional.

Em todos esses exemplos, observamos o funcionamento da reescrituração como modo de produção de sentido na enunciação. As formas “chamou”, “conduziu nos ombros” e “o que o sertão queria” não apenas redizem elementos anteriores, mas os transformam em novos acontecimentos de sentido. A substituição, a especificação e a elipse operam como modos de predicação que alteram o modo de existência dos nomes no texto, o sertão, o rio, o querer, transformando espaço físico em agente simbólico. Assim, a marcha deixa de ser somente deslocamento geográfico: ela se inscreve como acontecimento enunciativo de nomeação do território nacional.

A partir das formas “O sertão chamou o homem”, “o rio o conduziu nos ombros” e “o que o sertão queria”, é possível compreender a fronteira não como limite geográfico, mas como acontecimento enunciativo. Essas formas de dizer reescreveram o espaço físico como lugar simbólico, constituído pela linguagem como instância de convocação e desejo. A fronteira, aqui, acontece na linguagem como o ponto onde o espaço se transforma em território e onde o sujeito se constitui em relação a um fora que o chama. Trata-se, portanto, de um espaço de escuta, de passagem e de transformação, não da natureza em civilização, mas

da paisagem em memória e projeto de nacionalidade. Essa configuração faz da fronteira um lugar de nomeação identitária, em que a nação não se define por exclusão, mas por deslocamento simbólico em direção ao interior convocado.

Em R7, o alocutor-escritor reformula a marcha para o oeste como um trajeto de sentido governado pela topografia enunciada. A tríade sertão–montanha–rio é configurada como operadores simbólicos que organizam o avanço territorial não pela lógica da imposição, mas pela da escuta e resposta. As articulações entre os termos se estabelecem por coordenação (três elementos em série, compondo uma cena comum) e por dependência semântica (a geografia convoca, o sujeito responde). As formas linguísticas enunciadas operam reescrituras por substituição e elipse, em que o espaço natural é deslocado do papel de cenário para o de sujeito do acontecimento. O dizer não posiciona mais a natureza como objeto passivo de conquista, mas como elemento que inicia, orienta e sustenta a marcha.

Nesse funcionamento, a fronteira é enunciada como cena de escuta, deslocamento e transformação: é o lugar onde o território chama e o sujeito responde; onde a terra fala, e o projeto nacional se conforma como reação. Trata-se de uma fronteira dramatizada, na qual o espaço não é vencido, mas revelado, não é superado, mas seguido. A marcha, nesse recorte, deixa de ser descrita como gesto de imposição e passa a ser figurada como resposta à interpelação da paisagem.

O interior do país, nesse enunciado, não aparece como “vazio a ocupar”, mas como chamado a ser decifrado. A brasilidade que emerge dessa configuração é resultado de um processo de transformação do sujeito nacional, que não apenas conquista o território, mas se constitui a partir da sua travessia simbólica.

Em R7, o alocutor-escritor reconfigura a marcha para o oeste como trajeto de sentido comandado pela geografia simbólica. A tríade sertão–montanha–rio é organizada por articulações coordenadas e dependentes, enquanto as reescrituras metafóricas e elípticas transformam a natureza em sujeito enunciativo, deslocando a enunciação da dominação para a do destino compartilhado.

A fronteira, nesse presente acontecimento, é construída como cena de escuta e deslocamento: é onde o território convoca e o sujeito responde. Trata-se de uma fronteira mítica, dramatizada, na qual o espaço não é vencido, mas revelado, não é superado, mas seguido. O território do oeste deixa de ser um vazio a ocupar e passa a ser um chamado a ser decifrado.

A marcha para o oeste, então, não é apenas um movimento de conquista territorial, mas uma experiência de transformação do sujeito nacional em resposta à fala do território. O

avanço se dá não apenas sobre a terra, mas a partir dela, o que reforça a ideia de uma brasilidade construída na escuta da paisagem e na travessia da fronteira. Vejamos como ficam algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) O sertão é enunciado como agente simbólico que convoca o bandeirante à interiorização.

(P2) A montanha representa o obstáculo que impulsiona o avanço territorial.

(P3) O rio é figurado como condutor solidário do movimento de marcha.

(P4) A natureza é humanizada e dramatizada como sujeito do processo de ocupação.

(P5) A marcha se realiza por um pacto simbólico entre geografia e desejo de conquista.

Essa cena enunciativa é especialmente significativa porque desloca a causalidade da ocupação para a própria topografia simbólica. Não se trata apenas de um projeto humano: o espaço age, chama, empurra e carrega. O dispositivo enunciativo do território assume agência, tornando o sertão alocutor simbólico da marcha e predicando o interior como lugar de destino nacional.

Essa cena enunciativa é especialmente significativa por deslocar a causalidade da ocupação territorial para a própria topografia enunciada. Não se trata de um plano racional humano apenas, mas de uma cena em que o espaço age, chama, empurra e carrega.

O território, nesse funcionamento, é nomeado como alocutor simbólico da marcha, e o interior do país é reescrito como lugar de destino nacional. O dispositivo enunciativo do R7 nos permite compreender como, na Semântica do Acontecimento, o sentido de brasilidade não preexiste ao território conquistado, mas se constitui a partir da escuta simbólica da paisagem e da travessia da fronteira.

4.2.8 – Sesmarias, avanços e território

A distribuição de sesmarias³ é apresentada como mecanismo de povoamento, impulsionado pelas conquistas territoriais. A propriedade e a geografia interagem em um “jogo de empurra” rumo ao oeste. Vejamos o R8:

R8 – “Despopula-se o sertão mas povoam-se as sesmarias, como se vê pela de Amador Bueno da Veiga, que se podia ‘contar no número dos populosos bairros de que se compunha a Capitania’. Quer-se dizer que, frequentemente, as sesmarias só funcionam mediante novas avançadas, no ciclo da caça ao bugre. E quanta vez as novas avançadas não significavam — pois elas se ampliam cada vez mais — uma nova conquista de terras? E uma coisa empurrando a outra: a nova conquista abre caminho a novas concessões de sesmarias. O que parece um círculo vicioso será, antes, se é permitida uma expressão pitoresca, um jogo de empurra entre a propriedade e a geografia, rumo a Oeste.” (*Marcha para Oeste*, p. 74).

Neste recorte, o alocutor-escritor retoma o dizer da posse territorial, mas agora com foco no mecanismo jurídico-enunciativo das sesmarias, enquanto instrumentos de ocupação, ordenamento e poder. Ele estabelece uma lógica de funcionamento cíclico: avanço → conquista → concessão fundiária → novo avanço.

Essa organização do dizer transforma a colonização em sistema autorregulado e “naturalizado”, apagando conflitos e estratégias violentas por meio de imagens como “empurra”, “funcionam” e “abre caminho”. O alocutor-escritor fala do interior de um dizer técnico e administrativo que mascara a violência da expropriação com a regularidade da burocracia territorial.

Nesse dizer, a marcha para o oeste é normatizada e racionalizada, e a fronteira se torna mecanismo de expansão do Estado, operando como espaço de legalização da ocupação sob forma de concessão fundiária.

No enunciado “...as novas avançadas [...] uma nova conquista de terras? [...] nova conquista abre caminho a novas concessões...” Essa sequência de ações ligadas por causa e consequência articula o enunciado como lógica de progresso territorial. A repetição da ideia de “nova conquista” atua como pivô da articulação por coordenação sequencial, gerando um efeito de inevitabilidade e expansão contínua. Em “Despopula-se o sertão mas povoam-se as

³ Sesmarias foram concessões de terras feitas pela Coroa portuguesa durante o período colonial, com a finalidade de promover o povoamento e o cultivo agrícola nas colônias. Tratava-se de uma forma condicional de uso da terra: o sesmeiro, beneficiário da sesmaria, deveria torná-la produtiva, sob pena de perdê-la. No Brasil, o sistema foi regulamentado em 1375 e aplicado a partir de 1530, sendo extinto com a Lei de Terras de 1850, que instituiu a compra como base do acesso à terra.

Fonte: Arquivo Nacional. *Sesmarias*. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/sesmarias>. Acesso em: 18 maio 2025.

sesmarias...” Essa estrutura evidencia uma relação de oposição e simultaneidade: o esvaziamento do sertão é o pressuposto para a ocupação das sesmarias. Trata-se de uma articulação por dependência paradoxal, que aponta para a transformação da terra de espaço comum ou indígena em propriedade privada. Já em “...como se vê pela de Amador Bueno da Veiga [...] Quer-se dizer que [...] O que parece... será, antes...” Essas formas meta-enunciativas demonstram um movimento enunciativo reflexivo: o alocutor-escritor comenta sua própria explicação, conduzindo o locutário-leitor a interpretar a ocupação como lógica funcional, e não como violência fundiária. Temos aqui incidências que funcionam como guias de leitura, com forte efeito de persuasão ideológica.

Observa-se em “...um jogo de empurra entre a propriedade e a geografia...” uma expressão que reescreve o processo de expansão territorial como algo quase lúdico ou espontâneo. O conflito colonial é substituído por uma metáfora leve e eufemística, que banaliza as tensões e naturaliza a desigualdade fundiária. A violência é deslocada por uma imagem que inverte o peso da história, tornando-a jogo. No enunciado “E quanta vez as novas avançadas não significavam [...] uma nova conquista [...] que abre caminho [...] a novas concessões...” A repetição de “nova” e a progressão de ideias produzem uma reescrituração por expansão acumulativa, criando a sensação de um sistema que se retroalimenta. Isso transforma o avanço em “fluxo produtivo”, no qual a fronteira é o motor perpétuo da ocupação nacional. Também podemos observar uma reescrituração por sinonímia administrativa “...as sesmarias [...] funcionam [...] concessões [...] compunha a Capitania...” A linguagem aqui é institucional — reescreve a conquista como organização administrativa. Ao dizer em “populosos bairros”, “capitania” e “funcionamento”, o alocutor-escritor predica a violência como ação do Estado, operando uma reescrituração por sinonímia técnico-jurídica, em que o avanço se iguala a progresso regulado.

Em R8, o alocutor-escritor transforma a expansão territorial em sistema de racionalidade administrativa, onde o avanço físico e violento é reescrito como funcionamento institucional. As articulações por coordenação, dependência e incidência organizam a enunciação como ciclo funcional de ocupação, enquanto as reescriturações metafóricas, administrativas e cumulativas legitimam a posse como legalidade e progresso.

A fronteira, nesse presente acontecimento, é domesticada: ela deixa de ser espaço de conflito para tornar-se zona de gestão e redistribuição da terra pelo Estado. O sertão despovoado e as sesmarias populosas compõem um duplo simbólico que projeta a ideia de avanço como transformação civilizatória. Nesse processo, a marcha para o oeste é

reconfigurada como engrenagem histórica e territorial, reforçando o mito de que o Brasil se fez a partir do avanço da legalidade fundiária sobre o vazio geográfico.

O dizer do alocutor-escritor, portanto, não apenas enuncia a expansão, organiza sentidos que subordinam o território ao dizer de ocupação e o povoamento ao dispositivo de propriedade. A fronteira, por fim, se fixa como lugar enunciativo da nacionalização do espaço. Vejamos como ficam algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) O avanço territorial promove o despovoamento do sertão e o povoamento das sesmarias.

(P2) A lógica de ocupação opera por ciclos sucessivos de conquista e concessão.

(P3) A propriedade territorial só se efetiva com novas marchas e ocupações.

(P4) O movimento da colonização é descrito como empurrão recíproco entre geografia e direito (propriedade).

(P5) A marcha para o oeste é sustentada por uma dinâmica entre espaço físico e instituição fundiária.

Assim, as proposições (P1–P5) mostram que a palavra “fronteira” é mobilizada discursivamente como eixo de articulação entre geografia e direito, sustentando o avanço da colonização. O sertão despovoado e as sesmarias povoadas evidenciam a fronteira como mecanismo de redistribuição populacional, enquanto os ciclos de conquista e concessão revelam sua inscrição jurídica. A propriedade, nesse espaço, só se realiza na marcha: é o movimento de ocupação que legitima o direito sobre a terra. Nesse sentido, a fronteira deixa de ser apenas limite físico e se torna acontecimento político-enunciativo, no qual espaço e instituição fundiária se co-determinam, produzindo os sentidos da “marcha para o oeste” como projeto de expansão e ordenamento do território nacional.

Neste último recorte do Volume I, o alocutor-escritor revela que a marcha para o oeste não se dá apenas por vocação geográfica ou heroísmo individual, mas por uma dinâmica institucional e enunciativa: o território avança quando há reescrituração da posse — e a posse, por sua vez, exige avanço.

A fronteira, nesse caso, é performada como lugar jurídico-enunciativo, onde a propriedade só se estabiliza pelo deslocamento contínuo. A marcha passa a significar um jogo de dizeres entre conquista simbólica e legitimação estatal, reativando o gesto expansionista como necessidade institucional.

Considerações sobre o Volume I – Marcha para Oeste

O primeiro volume de Marcha para Oeste, publicado em 1940, emerge como prática do dizer, enunciada no interior do projeto ideológico do Estado Novo, momento em que o nacionalismo territorial e a noção de integração física do Brasil passam a operar como instrumentos simbólicos centrais do Estado. Nesse espaço, o texto não se limita a enunciar o passado colonial, mas o reinscreve enunciativamente como acontecimento fundador da nacionalidade.

Ao longo dos recortes analisados (4.2.1 a 4.2.8), o alocutor-escritor institui uma cena enunciativa de autoridade: ele é aquele que sabe interpretar a história e organizar a memória nacional. Sua escrita é um gesto de organização do dizer — um ato que produz sentidos sobre quem somos, de onde viemos e a quem pertence o território nacional.

As análises revelam que a constituição da nacionalidade é construída por meio de dois grandes operadores enunciativos: a marcha e a fronteira. É como movimento contínuo de fundação (quase naturalizado), enquanto a segunda é transformada em lugar de enunciação da identidade brasileira, seja como zona de contato (mestiçagem), de travessia (sertão/montanha/rio), de subordinação (geografia/domínio) ou de legalização (sesmarias).

A análise evidencia que o bandeirante e o colonizador são predicados enunciativamente como sujeitos da brasilidade, transformando-se em ícones fundacionais. O primeiro é caracterizado por sua mobilidade, mestiçagem e heroicidade territorial; o segundo, por sua regeneração ao entrar em contato com o novo habitat. Em ambos os casos, o território, e especialmente a fronteira oeste, aparece como condição de possibilidade para a emergência do Brasil enquanto nação.

A fronteira, portanto, não é apenas limite a ser vencido, mas espaço enunciativo de fundação: ela é o palco onde o território se converte em pátria, onde o colonizador vira brasileiro, e onde a violência da expropriação é transformada em ciclo administrativo ou em travessia mítica.

Nesse Volume I, Marcha para Oeste opera como texto fundador de uma geopolítica simbólica, em que o interior do país, anteriormente marginal, passa a ser nomeado como

centro do projeto nacional. O dizer do alocutor-escritor, como ato enunciativo, transforma o Oeste em direção do futuro, e a fronteira, em linguagem da nação.

“Fronteira” é performada como um dispositivo enunciativo tripartido, geográfico, simbólico e identitário, que organiza os sentidos de origem e pertencimento. A oposição litoral/planalto predica dois modos distintos de ocupação e subjetivação: o litoral representa o colonizador fixo e europeu; o planalto, o sujeito móvel e mestiço, identificado com o território e com a marcha. Essa diferença funda a fronteira como espaço de travessia e transformação, onde se enuncia a emergência do sujeito brasileiro.

“Marcha para o Oeste” é significada como um acontecimento enunciativo, descontínuo em sua realização física, mas contínuo como projeto ideológico. O movimento é construído como “feito aos saltos”, orientado não apenas por conquistas materiais, mas por uma necessidade simbólica de marcar a terra, seja pelo gesto, pela palavra ou pela ocupação simbólica. A marcha é impulsionada por uma geografia dramatizada (sertão, montanha e rio), que deixa de ser obstáculo para tornar-se sujeito auxiliar da história nacional.

O território é enunciado não como um dado natural, mas como efeito da linguagem: só há Brasil porque há dizeres que organizam sentidos de posse, pertencimento e identidade. A figura do bandeirante, como *homo primitivus migratorius*, é central nesse processo: ele é o operador simbólico que transforma mobilidade em fundação e mestiçagem em legitimidade.

As sesmarias, por fim, não aparecem como ponto de partida, mas como instrumento jurídico-enunciativo que institucionaliza o que a marcha produz. O jogo de empurra entre propriedade e geografia mostra que a terra só se estabiliza quando o dizer da conquista a legitima como posse. O avanço é, portanto, condição para a legalização, e não o contrário.

Assim, o Volume I de *Marcha para Oeste* constrói, enunciativamente, a identidade brasileira como um sujeito em marcha, constituído na e pela fronteira, e predicado por três grandes operadores de sentido: mobilidade, mestiçagem e conquista. A marcha, nesse funcionamento, não apenas enuncia a expansão territorial, mas produz uma cena fundadora da nacionalidade, na qual o Brasil deixa de ser um projeto litorâneo e passa a ser enunciado como espaço contínuo de travessia e deslocamento simbólico.

Sentidos enunciativos de fronteira no Volume I:

- Fronteira → cena de origem do sujeito nacional: espaço onde o Brasil se inventa como nação interiorizada, convertendo o limite em ponto inaugural;
- Marcha → modo de existência da brasilidade: não apenas deslocamento físico, mas forma de produção de sentido nacional contínuo;

- Bandeirante → operador simbólico da mestiçagem heroica: sujeito que articula conquista, fundação e identidade, configurado como figura da regeneração nacional;
- Território → efeito enunciativo de articulações entre raça, mobilidade e ocupação: não dado físico, mas produto do dizer nacionalista;
- Brasil → projeto de ocupação permanente, construído tanto pelo avanço geográfico quanto pela repetição enunciativa que reinscreve a conquista como destino.

Com isso, *Marcha para Oeste* não apenas conta a história da expansão territorial, mas faz funcionar a linguagem como espaço de inscrição da nacionalidade. O Brasil que emerge dessa narrativa é uma construção simbólica marcada pela travessia da fronteira e pela produção contínua de sentido, um país dito como marcha e escutado como território em transformação.

4.3 Volume II: A ideologia da mestiçagem e o Projeto Nacional

O Volume II de *Marcha para Oeste*, publicado ainda em 1940, dá continuidade ao projeto enunciativo do alocutor-escritor de instituir, por meio da linguagem, uma narrativa nacionalista centrada no avanço territorial como gesto fundacional do Brasil moderno. Enquanto o primeiro volume se ocupava da construção simbólica da ocupação interna nos séculos coloniais e imperiais, este segundo tomo amplia e complexifica esse percurso ao articular dimensões mitológicas, raciais, geopolíticas e modernas à ideia de fronteira e conquista. O dizer nacionalista desloca seu foco da construção territorial para a fundação institucional e cultural do Brasil interiorizado. Se no Volume I a marcha operava como dispositivo fundador da ocupação e da brasilidade mestiça, neste segundo volume ela é reinscrita como movimento educativo, político e civilizatório, voltado à afirmação da unidade nacional e à legitimação do poder estatal no espaço conquistado.

A linguagem mobilizada pelo alocutor-escritor continua a operar por meio de reescrituras enunciativas, seja por substituição, expansão ou elipse, que reformulam o passado colonial como processo inevitável e desejado. O território é agora apresentado como espaço moral, e a fronteira como espaço de conversão ideológica.

Nos recortes selecionados, observam-se formas de nomeação e articulação que predicam o Brasil como projeto ético, espiritual e racial. A ideia de marcha é reinscrita como

educação da nação, e o bandeirante passa a figurar como símbolo do “homem novo”, que funda não apenas cidades e fronteiras, mas também um imaginário político nacionalizante.

O Volume II, amplia o projeto enunciativo iniciado no primeiro tomo, ao deslocar a marcha do campo da colonização territorial para o da doutrina de Estado, articulando passado mítico e planejamento moderno. A figura do bandeirante, agora enunciada como modelo de nacionalidade, é reinscrita como sujeito histórico contínuo, atravessando séculos e legitimando, pelo dizer, a política de interiorização do Estado Novo.

A fronteira, neste volume, é intensamente reinscrita como espaço enunciativo de poder, funcionando como zona de fusão simbólica entre história, mito, geopolítica e técnica. O dizer do alocutor-escritor incorpora novas materialidades enunciativas (cientificismo, etnologia, fabulação) e opera por reescrituras sucessivas que atribuem ao território brasileiro um estatuto de projeto em curso, inacabado, mas contínuo. Passemos para as análises dos primeiros recortes desse volume.

4.3.1 – Mestiçagem e Identidade Nacional

O mameluco é exaltado como símbolo da mestiçagem e da expansão territorial. A bandeira é interpretada como expressão de “autocolonização”, em contraste com a colonização portuguesa.

R9 – “Pra concluir: lembre-se que o mameluco foi o elemento predominante da marcha para Oeste. Os bandeirantes são os híbridos vigorosos que, como explica Gilberto Freyre – tão cedo arrebataram aos portugueses o facho das audácias de colonização do Brasil, transformando-as em audácias de autocolonização.

A bandeira é, pois, a glorificação da mestiçagem. Só duplicado em mestiço é que o branco conquistou e colonizou o Brasil, promovendo – e não vai nisto nenhum exagero – uma das maiores revoluções da humanidade.” (*Marcha para Oeste*, Volume II, p. 356).

No recorte R9, o alocutor-escritor organiza o dizer em uma cena enunciativa de fechamento e reafirmação, explicitada pela forma metalinguística “pra concluir”. Essa formulação funciona como articulação por incidência sobre o dizer, marcando o que está sendo retomado como elemento central do acontecimento enunciativo: a mestiçagem como fundamento da identidade nacional.

Ao retomar o mameluco como figura central da marcha, o alocutor-escritor reinscreve a origem do Brasil não na matriz portuguesa pura, mas na duplicação mestiça do sujeito colonizador. O gesto enunciativo é afirmativo, quase solene: a mestiçagem é

apresentada como revolução fundacional, conferindo ao Brasil um destino excepcional e autônomo. O autor, ao citar Gilberto Freyre⁴, alinha-se a um dizer de legitimação da mestiçagem como valor nacional, mas também reconfigura esse dizer com um novo efeito de autoridade.

A forma “o mameluco foi o elemento predominante da marcha para Oeste” realiza uma reescrituração por substituição valorativa: o bandeirante genérico (figura já estabilizada nos volumes anteriores) é agora reinscrito como mameluco — nome específico que predica o mestiço como sujeito legítimo da marcha e operador simbólico da nacionalidade. Aqui, não se trata de simples troca de nomes, mas de uma operação que atribui valor fundacional à figura mestiça, deslocando o centro do dizer histórico do branco europeu para o sujeito duplicado pela mistura.

A sequência “Os bandeirantes são os híbridos vigorosos que [...] arrebataram [...] transformando...” opera uma articulação por coordenação sintático-semântica, encadeando ações que produzem o mameluco como sujeito ativo da história. A coordenação articula ações transformadoras: tirar o “facho” dos portugueses, transformar a colonização, constituindo uma trajetória enunciativa que predica o mestiço como agente de superação da colonização lusa.

A forma “só duplicada em mestiço é que o branco conquistou e colonizou o Brasil” introduz uma articulação por dependência condicional e histórica: a capacidade de conquista é predicada como dependente da mestiçagem. A mestiçagem é, nesse dizer, inscrita não como consequência, mas como pré-condição histórica da nacionalidade, o que constitui uma reescrituração da própria lógica da colonização.

“O mameluco foi o elemento predominante da marcha para Oeste.” O alocutor-escritor substitui o bandeirante genérico pelo mameluco específico, atribuindo-lhe centralidade identitária e simbólica. Temos aqui uma reescrituração de sujeito histórico, em que o mameluco se torna o nome legítimo da marcha. É também uma substituição valorativa: o mestiço deixa de ser figura marginal e passa a ser o centro do dizer fundacional.

marcha é inscrita como feita por mestiços, e não mais por portugueses. A colonização vira autocolonização, nome que se enuncia como reinvenção. O enunciado “A bandeira é, pois, a glorificação da mestiçagem” é uma reescrituração por sinonímia simbólica. O nome “bandeira”, carregado de valor nos volumes anteriores (mobilidade, conquista,

⁴ Gilberto Freyre destaca que “os brasileiros, especialmente os do Norte e do Nordeste, são, antes de tudo, mestiços”, e que “a mestiçagem não deve ser entendida como uma degeneração, mas como um fator positivo da formação nacional” (Freyre, 2006, p. 49). Para ele, foi essa mistura — entre europeus, indígenas e africanos — que possibilitou a emergência de um tipo social novo, adaptado ao ambiente e culturalmente autônomo. Fonte: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

avanço), é agora predicado como expressão da mestiçagem. Essa operação atribui novo sentido ao nome estabilizado, fundindo história e identidade. A bandeira deixa de significar apenas ação ou ocupação, ela se torna forma simbólica da mestiçagem como valor nacional.

O enunciado final “promovendo, e não vai nisto nenhum exagero, uma das maiores revoluções da humanidade” realiza uma reescrituração por expansão hiperbólica, conferindo à mestiçagem um valor universal. O gesto de dizer aqui é de consagração simbólica, não se trata mais de enunciar um processo histórico, mas de inscrever a mestiçagem como revolução fundadora, reconhecida como singularidade civilizatória brasileira.

Reescriturações em funcionamento por substituição valorativa: o bandeirante genérico é substituído pelo nome “mameluco”, que passa a predicar o sujeito nacional mestiço. Isso não é troca de nome apenas, mas reconfiguração simbólica da origem. Depois por sinonímia simbólica: “A bandeira é, pois, a glorificação da mestiçagem.” → o nome “bandeira”, é redito como expressão da mistura racial, fundindo identidade, mobilidade e fundação. E por expansão hiperbólica: “uma das maiores revoluções da humanidade.” → o acontecimento da mestiçagem é projetado para além do Brasil, com valor civilizatório global; bem como uma reescrituração de sujeito: a marcha é reinscrita como feita por mestiços, e não mais por portugueses. A colonização vira autocolonização, nome que se enuncia como reinvenção.

Neste recorte, a fronteira é enunciada como espaço de fusão identitária. É nela que o sangue se mistura e que o Outro (indígena e negro) é reinscrito no nome nacional, não por exclusão, mas por duplicação simbólica. A fronteira, aqui, não é passagem nem obstáculo, mas lugar de transformação da origem.

A fronteira, nesse funcionamento enunciativo, não aparece apenas como travessia ou limite: ela é o espaço enunciativo de transformação, onde o sangue se mistura e a identidade se institui. A fronteira, nesse recorte, não é lugar de exclusão, mas de composição simbólica da brasilidade.

A marcha para o oeste ganha, assim, novo estatuto: não mais apenas conquista territorial, mas gesto regenerador de identidade, de autocolonização, termo retomado com valor afirmativo. O Oeste é, mais do que direção geográfica, espaço simbólico de nascimento do Brasil mestiço e autônomo. Vejamos algumas paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) O mameluco é enunciado como nome legítimo da marcha, simbolizando a mestiçagem como fundação da brasilidade.

(P2) O bandeirante mestiço é predicado como figura constitutiva da identidade nacional.

(P3) A colonização é reescrita como autocolonização, em que o próprio mestiço é o agente do avanço territorial.

(P4) A mestiçagem é predicada como revolução histórica e civilizatória — não consequência, mas origem.

(P5) A fronteira é reinscrita como lugar de duplicação e nascimento simbólico do Brasil mestiço e autônomo.

No recorte R9, o dizer enunciativo de *Marcha para Oeste* produz uma reescrituração simbólica da origem nacional, deslocando-a da matriz europeia para o corpo mestiço do brasileiro interiorano. A marcha não é mais vista como ação externa, mas como gesto interno de constituição da identidade. A fronteira torna-se cena de nomeação do nacional, e o mameluco, sujeito da brasilidade em marcha. A linguagem, aqui, não descreve o passado — ela o funda enunciativamente como origem válida, mestiça e regenerada.

Nome enunciado	Reescriturado como...	Sentido enunciado
Mameluco	Sujeito da marcha	Fundador da identidade brasileira
Bandeirante	Mestiço, duplicado	Operador da autocolonização
Bandeira	Glorificação da mestiçagem	Símbolo da revolução civilizatória
Colonização	Autocolonização	Ação regeneradora, não imposta
Marcha para o Oeste	Realização da mestiçagem	Gesto fundador da brasilidade autônoma

Nesse funcionamento, a fronteira deixa de ser mero limite geográfico e passa a operar como acontecimento do dizer que articula mobilidade, mestiçagem e fundação simbólica da nação. Ela organiza os deslocamentos semânticos entre os diferentes nomes, mameluco, bandeirante, bandeira, colonização e marcha, funcionando como espaço de inscrição da brasilidade. É na fronteira, portanto, que se produz a reescrituração dos sentidos de origem e se institui a identidade nacional como movimento e conflito.

Portanto, a marcha é determinada pelo mameluco, que é nomeado como sujeito de transformação e revolução. A sua ação não é apenas continuidade do projeto português, mas substituição simbólica da origem. O nome bandeirante é reescrito como mameluco, não apenas mestiço, mas figura fundadora da nacionalidade. A bandeira, que já operava como

nome de mobilidade, passa a ser determinada como glorificação da mestiçagem, uma reescrituração por sinonímia simbólica. A forma “só duplicada em mestiço é que o branco conquistou” cria uma relação de dependência identitária: a brasilidade não surge da origem pura, mas da duplicação transformadora da mestiçagem. A oposição pura vs. mameluco sustenta a base do conflito simbólico, é nesse antagonismo que se inscreve a nova identidade nacional.

4.3.2 – Superstição, Mito e Simbolismo

Relatos míticos e superstições são incorporados para reforçar a dimensão simbólica da marcha para o oeste. O mito da cidade de Manoa e outras lendas justificam a expansão territorial.

R10 – “Por onde se vê que até as perdizes, que comiam grânulos de ouro, colaboram, sem o saber, para o ânimo de outras conquistas. A marcha para Oeste tem destas surpresas líricas. Terreno propício, esse, do ouro e da fábula, para a mitogênese da bandeira; pra quem varava mato à procura de coisas fabulosas.”
(*Marcha para Oeste*, Volume II, págs. 385–386)

“O mito da Ilha Brasil e da cidade de Manoa funcionam como arquétipos da expansão, justificando inclusive invasões europeias na região amazônica.” (p. 408)

Neste recorte, o alocutor-escritor realiza uma operação enunciativa em que a marcha para o oeste é reescrita como acontecimento de imaginação nacional. O território a conquistar não é apresentado como simples espaço físico, mas como território já fabulado, antecipadamente nomeado por formas de dizer que mobilizam o fabuloso como justificativa do real.

A linguagem não descreve a marcha; ela a constrói como acontecimento simbólico, associando materialidades como ouro e paisagem ao acontecimento de fundação da bandeira.

Podemos observar articulações enunciativas em funcionamento como coordenação de domínios semânticos: “ouro e da fábula” → união entre materialidade (ouro) e imaginação (fábula), organizando o sertão como espaço simbólico. Também temos articulação por Incidência avaliativa sobre o dizer em “Por onde se vê que até as perdizes [...] colaboram...” incide um comentário que atribui valor simbólico à cena trivial; operação interpretativa do alocutor. E em “Terreno propício [...] para a mitogênese da bandeira”, o território é construído

como condição da emergência simbólica da nacionalidade, tendo assim uma articulação por dependência de valor simbólico.

Em “mitogênese da bandeira”, observa-se uma reescrituração por sinonímia simbólica que reescreve a marcha como fundação simbólica da nacionalidade, agora não apenas mestiça, mas imaginada, fabulosa. Temos também, uma reescrituração por expansão valorativa em “a marcha tem destas surpresas líricas” → a marcha é expandida semanticamente e predicada como experiência estética.

Pode-se observar uma reescrituração por repetição de dizeres anteriores em “coisas fabulosas” que retoma e reconfigura o desejo de conquista como desejo de imaginar — não se busca o real, mas o que se pode fabular como nacional.

Também não menos importante, não podemos deixar de observar uma reescrituração por elipse e por nomeação mítica sem usar “arquétipo”: e sim usando os nomes “Ilha Brasil” e “Manoa” são formas enunciadas que funcionam como nomes anteriores que predicam o presente da marcha, permitindo que ela seja interpretada como repetição de um dizer fabuloso.

A fronteira aqui é enunciada como espaço de acontecimento fabuloso: ela não é limite ou obstáculo, mas cena simbólica onde o Brasil se enuncia como possibilidade desejada antes de ser realizada. O território é efeito de linguagem, e o dizer, aqui, não enuncia um território dado, mas o fabrica como sonho nacional compartilhado. Abaixo, apresentamos algumas paráfrases que sintetizam aspectos essenciais desse percurso de significação, a partir do recorte em questão:

(P1) O sertão é enunciado como território onde o fabuloso antecede e justifica a posse.

(P2) A marcha é reescrita como busca de formas imaginadas do Brasil, não apenas ocupação, mas invenção.

(P3) A bandeira é predicada como nome simbólico da imaginação nacional: não apenas conquista, mas mitogênese.

(P4) A linguagem mobiliza nomes anteriores (Ilha Brasil, Manoa) para predicar o presente como repetição simbólica.

(P5) A fronteira é ativada como lugar onde o dizer transforma a paisagem em acontecimento fundador do nacional.

Em R10, o dizer enunciativo de *Marcha para Oeste* reescreve a marcha como produção simbólica anterior à ocupação física do território. A linguagem não apenas acompanha a ação histórica — ela antecipa, deseja e legitima a expansão, mobilizando o fabuloso como fundamento. A fronteira, aqui, é ativada como lugar da imaginação fundadora, e o território, como nome que emerge na dobra entre o real e o possível nacional.

4.3.3 – Bandeirismo e Fronteira

No recorte abaixo, o alocutor-escritor organiza um dizer em que os bandeirantes deixam de figurar como meros agentes coloniais para se constituírem como operadores da formação nacional. Trata-se de uma cena de enunciação que desloca a autoridade metropolitana e reinscreve o sujeito da marcha como produtor autônomo de identidade territorial.

Os bandeirantes são apresentados como agentes de uma “fronteira moral”, atuando de forma quase autônoma em relação ao poder colonial. A posse simbólica e violenta dos territórios é legitimada como nacionalista.

R11 – ““A relação com o poder colonial português é conflituosa: os bandeirantes são vistos como agentes de uma ‘fronteira moral’, mesmo sendo tolerados por interesse no ouro.” “Surge a noção de ‘bandeirante-fronteiro’, o sujeito que ‘levava a fronteira consigo’ e defendia territórios contra espanhóis e jesuítas, numa lógica quase autônoma.” “Fundações como a de Lajes e o ataque às reduções missionárias reforçam a ideia de uma posse simbólica e violenta, legitimada como nacionalista.” (*Marcha para Oeste*, Volume II, págs. 438–439)

A forma enunciada “bandeirante-fronteiro” reescritura o nome já estabilizado “bandeirante” e o predica como sujeito que não apenas atravessa a fronteira, mas a leva consigo. Tal forma não define um lugar, mas atribui ao sujeito uma qualidade: ele se constitui em acontecimento enunciativo que funda o território como cena da brasilidade. A fronteira, nesse dizer, não é exterior ao sujeito; ela é mobilizada como predicado da identidade nacional.

Esse funcionamento torna evidente a dimensão temporal da enunciação: o sujeito da marcha é construído como anterior ao Estado, isto é, como nome que antecede a soberania institucional e a legitima enunciativamente. O dizer predica o bandeirante como aquele que realiza o país antes que ele seja formalmente constituído. Assim, o gesto da posse territorial, mesmo violento, é reconfigurado como fundação simbólica da pátria.

As articulações entre nomes como “espanhóis”, “jesuítas” e “missões” produzem um campo de antagonismo simbólico que separa o bandeirante da lógica colonial e o aproxima de uma brasilidade autônoma e em formação. O enunciado “contra espanhóis e jesuítas” articula coordenadamente os inimigos simbólicos da pátria nascente, operando uma separação entre os interesses coloniais e o nome Brasil que se institui no interior.

A forma “posse simbólica e violenta, legitimada como nacionalista” constitui uma reescrituração por substituição de valor: a destruição das reduções jesuíticas, ao invés de ser nomeada como infração ou excesso, é reinscrita como gesto legítimo de pertencimento. O efeito da enunciação é o de tornar o ato de violência uma forma de predicação do nacional, não como infração à ordem, mas como fundação fora dela.

A expressão “levava a fronteira consigo” condensa a produção de sentido ao atribuir à marcha um estatuto de acontecimento permanente: o sujeito da marcha funda continuamente o território ao deslocar-se. Não se trata de delimitar, mas de ativar a fronteira como nome, uma forma que acompanha o sujeito e que, portanto, não está fora dele. Essa reescrituração atribui à mobilidade uma dimensão fundadora.

A fronteira, assim, não é geográfica, mas enunciativa: é o nome que organiza o Brasil como acontecimento em trânsito. O bandeirante não ocupa; ele enuncia o território. O dizer predica um Brasil que ainda não existe plenamente, mas que se produz por esse gesto de avanço e nomeação. A fronteira é deslocada de sua função de limite e reinscrita como lugar constitutivo do sujeito nacional, um nome que diz o Brasil em sua emergência histórica e enunciativa.

Dessa forma, R11 constitui uma enunciação em que o bandeirante é figura fundadora da soberania nacional, não por delegação, mas por antecipação. O Estado não o nomeia; é ele quem predica a nacionalidade antes que ela se institucionalize. A marcha, portanto, não é apenas deslocamento físico, mas acontecimento de linguagem que funda um país em movimento, sempre anterior ao seu próprio fechamento como território.

4.3.4 – Cultura, Poder e Sociologia do Sertão

No recorte abaixo, o alocutor-escritor formula uma enunciação em que o sertão deixa de ser nomeado como atraso ou periferia da colônia e passa a ser predicado como espaço inaugural da política nacional. A figura do bandeirante, por sua vez, é reinscrita como sujeito de uma institucionalidade emergente, fundada na mobilidade, na prática e na relação com o território.

R12 – “O nomadismo bandeirante é revalorizado como um tipo específico de formação cultural e institucional, em contraponto à ‘estabilidade litorânea’ do senhor de engenho.”

“O sertão aparece como um espaço de surgimento de um ‘poder vivo e novo’, mais conectado ao território e às suas condições do que o Estado colonial formal.”
 “Os bandeirantes são descritos como ‘cidade em marcha’, com fronteiras móveis e domínio militar-cultural sobre territórios em expansão.” (*Marcha para Oeste*, Volume II, págs. 488, 492)

Nesse dizer, o alocutor-escritor articula uma oposição entre dois modos de existência colonial: a estabilidade litorânea, associada ao senhor de engenho, e a mobilidade interiorana, atribuída ao bandeirante. Essa articulação por oposição valorativa inverte hierarquias estabelecidas e reinscreve o movimento, antes visto como precariedade, como fundamento da brasilidade.

A forma enunciada “em contraponto à estabilidade litorânea” predica o engenho como lugar fixo e repetitivo, enquanto o nomadismo bandeirante é atribuído como forma de criação cultural e política. O sertão, nesse funcionamento, não é cenário: é condição de emergência do nacional, ativado pela relação enunciativa entre território e sujeito.

Podemos observar na expressão “poder vivo e novo”, enunciada na obra, opera um movimento de reescrituração por expansão semântica: o nome “poder” deixa de remeter exclusivamente à autoridade institucional centralizada e passa a significar uma força emergente, forjada na prática territorializada da conquista e ocupação do sertão. O “novo”, nesse funcionamento, não anula o “antigo”, mas o desloca e reinscreve, abrindo espaço para outra configuração de sentido. O poder deixa de emanar do centro institucional para se constituir na borda, no contato com a terra, os conflitos e os sujeitos que a desbravam. Esse funcionamento está em consonância com a proposta de Guimarães (2002), para quem o sentido é “produzido na relação entre enunciado, sujeito e história”, e não dado de antemão pela estrutura (Guimarães, 2002, p. 17). Em outro momento, Guimarães (2018) enfatiza que o acontecimento de linguagem não continua o que veio antes, mas o reinscreve de modo descontínuo, instaurando uma nova possibilidade de funcionamento enunciativo que dá visibilidade a sentidos outros. Assim, o “poder vivo e novo” só pode significar como tal porque, nesse acontecimento específico, a linguagem faz surgir um deslocamento semântico que reconfigura o nome “poder” em um novo domínio enunciativo.

A forma “cidade em marcha” condensa uma operação enunciativa potente. Não se trata de metáfora, mas de reescrituração por condensação, na qual dois nomes estabilizados,

“cidade” e “marcha”, são colocados em articulação para predicar um sujeito que funda o território ao deslocar-se. A cidade, aqui, não é espaço fixado, mas modo de existir do poder no movimento. A marcha é a forma de fundação.

O nomadismo, portanto, é predicado como modo nacional de organização, não como ausência de estrutura. O sertão, nesse acontecimento, é enunciado como lugar da política, onde o poder é fabricado, e não herdado. A revalorização do bandeirante não opera apenas pela afirmação do passado, mas pela sua reinscrição como forma inaugural de pertencimento.

Ao operar essas articulações e reescrituras, o alocutor-escritor organiza uma cena enunciativa em que a fronteira deixa de ser limítrofe e se torna núcleo constitutivo da brasilidade. Não se delimita o país, ele se predica na mobilidade. A marcha para o oeste, nessa formulação, não é travessia, mas modo de existência e de produção do território enquanto nome nacional. Vejamos agora algumas paráfrases analíticas, que sintetizam aspectos desse recorte e evidenciam como a palavra fronteira se articula aos sentidos de nacionalidade e poder no corpus analisado:

(P1) O sertão é predicado como lugar de invenção política e cultural do Brasil.

(P2) O bandeirante é reescrito como sujeito de uma forma móvel de poder, anterior à institucionalidade colonial.

(P3) A cidade é reinscrita como marcha: o território é fundado pelo deslocamento.

(P4) A mobilidade é predicada como valor nacional, e não como carência.

(P5) A fronteira emerge como lugar de nomeação do poder, e não como limite geográfico.

Em R12, o dizer do alocutor-escritor reinscreve o sertão como cena enunciativa da soberania nacional, e o bandeirantismo como forma fundadora do poder brasileiro. O território interiorano é ativado como espaço de predicação, não apenas de resistência, mas de invenção. A marcha torna-se a gramática do pertencimento, e a fronteira, seu lugar de enunciação. O Brasil não é nomeado de fora para dentro, mas se constitui no dizer que leva o centro ao movimento.

4.3.5 – Marcha para o Oeste no Século XX

O recorte a seguir inscreve a marcha para o oeste como forma de continuidade do dizer fundacional brasileiro no interior do projeto moderno do Estado. O dizer técnico, voltada à administração do território, não rompe com a matriz enunciativa dos volumes anteriores — ao contrário, ela a reinscreve como fundamento de legitimidade das ações desenvolvimentistas.

R13 – ““A expansão moderna, com estradas (BR-364), agropecuária e integração da hinterlândia, é apresentada como continuação da epopeia bandeirante.”
 “As populações indígenas são vistas como ‘elementos necessários’ à ocupação do território, num discurso que ecoa a relação utilitária dos tempos coloniais.”
 “Cidades como Rosário Oeste e Jangada simbolizam o sucesso da interiorização moderna, reforçando o vínculo simbólico entre bandeirismo e desenvolvimento.”
 (*Marcha para Oeste*, Volume II, págs. 610, 634, 636, 638)

Neste rescore, o alocutor-escritor organiza uma cena enunciativa em que o passado colonial é reescriturado como chave de leitura e legitimação do presente político-administrativo, instalando uma temporalidade. A marcha deixa de ser apenas memória e torna-se acontecimento atual, reorganizado como ferramenta de governabilidade. O gesto bandeirante, já saturado de sentidos fundacionais, é redito como modelo operativo da interiorização moderna.

A sequência “estradas, agropecuária e integração da hinterlândia” é articulada por coordenação técnica, produzindo uma tríade que predica o avanço como eficiente, contínuo e inevitável. O dizer da administração territorial reinscreve o gesto colonizador como plano de Estado, e o território é enunciado como inacabado, em processo de realização nacional.

A expressão “continuação da epopeia bandeirante” realiza uma reescrituração por repetição valorativa: o nome do passado (“epopeia”) é reiterado no presente como predicação da política pública. O dizer enunciativo inscreve o progresso como forma de retomada da origem, o desenvolvimento se legitima por ser repetição do gesto fundador.

A forma “elementos necessários” aplicada às populações indígenas constitui uma reescrituração por substituição funcional, na qual o outro originário não é sujeito de enunciação, mas recurso instrumental do projeto nacional. A presença indígena é predicada apenas por sua utilidade territorial, ecoando o apagamento já observado no Volume I. Como

nota Eni Orlandi (1997), esse processo não é apenas exclusão, é silenciamento enunciativo: o outro está presente, mas não fala.

Já as cidades nomeadas, “Rosário Oeste e Jangada” — funcionam como formas enunciadas metonímicas, operando uma reescrituração por condensação territorial. O território é apresentado como evidência do êxito da marcha, e as localidades funcionam como provas do pertencimento nacional. A cidade, aqui, não é apenas urbanização, é marca da posse, da ocupação e da permanência do Estado.

Essa operação enunciativa articula o nome “fronteira” como espaço ainda em atualização, sempre convocando novos gestos de ocupação e nomeação. A fronteira não desaparece com o progresso, ela se transforma em zona de aplicação do Estado, território a ser feito e refeito por meio do dizer técnico e da política. O dizer não abandona o passado: ele o transpõe ao presente como justificativa do que se deve fazer. Assim temos as seguintes paráfrases, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) A política territorial moderna é reescrita como continuação da marcha fundadora.

(P2) O bandeirismo é reativado como modelo enunciativo de ocupação e governança.

(P3) Os povos indígenas são reinscritos como função territorial, e não como sujeitos do dizer.

(P4) O território é predicado como incompleto e convocado a ser realizado pelo Estado.

(P5) A fronteira se atualiza como zona de gestão, não de superação — lugar onde o país se reinscreve como projeto em curso.

Em R13, a marcha para o oeste é enunciada como dizer que atravessa a história, projetando o gesto fundacional do bandeirante sobre a lógica desenvolvimentista do século XX. O dizer estatal, ainda que tecnificado, se ancora em formas anteriores para produzir um Brasil que não é apenas território ocupado, mas território em constante enunciação. A fronteira, nesse funcionamento, é nome que não se esgota, ela se reinscreve como lugar onde o país ainda precisa se dizer.

Em R13, o alocutor-escritor reinscreve a marcha para o oeste como dizer de Estado: a história colonial e o mito do bandeirismo são reativados como modelos de ocupação e de integração moderna.

A fronteira, nesse dizer, se atualiza como zona de execução do projeto desenvolvimentista nacional, ainda inacabada, ainda aberta à ocupação, ainda convocando o gesto heroico. O interior continua a ser o lugar onde se realiza o país, agora pela estrada, pela fazenda e pela política pública.

A marcha para o oeste deixa de ser apenas lembrança e se torna dispositivo de governabilidade, ideologicamente útil para justificar ações estatais e legitimar o controle territorial. O alocutor-escritor atua como mediador entre o mito e a modernidade, produzindo, pela linguagem, a permanência da fronteira como espaço estratégico da brasilidade.

4.3.6 – O dizer de Estado e a marcha como instrumento de governabilidade

Neste último recorte, o alocutor-escritor reinscreve a Marcha para o Oeste como acontecimento enunciativo plenamente incorporado à linguagem do Estado. O que antes se apresentava como relato fundacional ou elogio do movimento colonial torna-se agora plano estratégico, gesto de planejamento que projeta o dizer fundacional sobre o presente da administração territorial.

A Marcha para o Oeste é transformada em ideologia de desenvolvimento, legitimando políticas de ocupação e integração da Amazônia Legal. O espírito do bandeirismo é incorporado ao projeto estratégico do Estado Novo.

R14 – “A ‘Marcha para o Oeste’ aparece como projeto estratégico do Estado brasileiro no século XX, especialmente durante o Estado Novo de Vargas.”

“Oliveira Viana é citado para enfatizar que o Brasil, ao contrário dos países industrializados, precisa ainda desbravar e ocupar seu próprio território.”

“O espírito do bandeirismo é, assim, transformado em ideologia de desenvolvimento, legitimando políticas de ocupação e integração da Amazônia Legal.” (*Marcha para Oeste*, Volume II, págs. 634, 636, 638)

O alocutor-escritor posiciona-se, neste recorte, não mais como intérprete da história, mas como operador do dizer estatal. A forma enunciada “Marcha para o Oeste” deixa de predicar apenas um gesto do passado e passa a organizar o presente sob a forma da continuidade. O passado colonizador é mobilizado como argumento que legitima a política atual, a linguagem da história é transposta ao vocabulário da gestão.

A formulação “projeto estratégico do Estado brasileiro” é uma reescrituração por expansão institucional: a marcha é deslocada de sua função épico-histórica e reinscrita como diretriz política concreta. O território não é apenas lembrado, ele é convocado a ser ocupado novamente, com base nos mesmos valores de mobilidade, posse e interiorização que predicaram o dizer colonial.

A citação de Oliveira Viana é mobilizada como articulação por incidência institucional. O nome do ideólogo do Estado Novo é ativado como forma de legitimação do dizer do alocutor-escritor, atribuindo autoridade à ideia de que o Brasil “ainda precisa ocupar-se a si mesmo”. A marcha torna-se, assim, um nome operacional do progresso, inscrito no interior da linguagem técnica do poder.

A forma “o Brasil [...] precisa ainda desbravar e ocupar” realiza uma articulação por dependência argumentativa, na qual a comparação com países industrializados predica o Brasil como projeto inacabado. A marcha deixa de ser apenas lembrança e passa a funcionar como necessidade atual, o país, segundo esse dizer, não terminou de dizer-se como nação.

A expressão “o espírito do bandeirismo é transformado em ideologia de desenvolvimento” constitui uma reescrituração por transposição do dizer: a linguagem identitária e histórica é reinscrita no plano da racionalidade administrativa. O dizer do passado é atualizado como fundamento técnico, constituindo uma temporalidade. Trata-se, aqui, de uma operação enunciativa que converte a história em instrumento de ação, o acontecimento anterior é invocado para regular o futuro.

Ao afirmar que a marcha “legitima políticas de ocupação e integração da Amazônia Legal”, o enunciado realiza uma reescrituração por expansão doutrinária: o nome bandeirismo não se restringe mais ao século XVII ou XVIII, mas é projetado sobre a Amazônia do século XX. A fronteira, nesse funcionamento, não é superada, ela é atualizada como zona permanente de necessidade nacional.

A fronteira, portanto, é reinscrita como espaço estratégico do dizer de Estado: ela não é limite geográfico, mas condição permanente da brasilidade. O país é enunciado como projeto sempre incompleto, e a linguagem do Estado é construída como continuação da linguagem do bandeirante. O alocutor-escritor mobiliza a temporalidade da enunciação para pregar um Brasil que ainda está por vir, e que só pode ser alcançado pela repetição da marcha. Desse modo, temos paráfrases enunciativas, que sintetizam aspectos desse percurso:

(P1) A marcha é reinscrita como instrumento técnico de gestão do território.

(P2) O dizer fundacional do bandeirismo é transposto à política estatal do século XX.

(P3) O Brasil é enunciado como nação incompleta — ainda não inteiramente ocupada.

(P4) A fronteira se atualiza como lugar de convocação contínua do nacional.

(P5) O dizer do Estado repete e reinscreve o acontecimento fundador como necessidade administrativa.

Em R14, o alocutor-escritor encerra seu percurso enunciativo ao consolidar a Marcha para o Oeste como doutrina de Estado. O gesto bandeirante, antes predicado como força fundadora, é reinscrito como técnica de governabilidade. O dizer do Estado não rompe com o dizer histórico, ele o absorve, o expande e o projeta como estratégia para o futuro.

A fronteira, neste dizer, é ativada como espaço da repetição política do nacional. Ela não é mais apenas lugar de conquista, mas zona de planejamento, decisão e legitimação. O país, tal como enunciado, é um território que ainda precisa acontecer, por meio da linguagem, da ocupação e da gestão. A marcha, agora, não é apenas nome do passado, ela é forma enunciativa da continuidade nacional, em que o Brasil ainda precisa se dizer.

Síntese conclusiva comparativa dos volumes I e II de *Marcha para Oeste*

Ao longo dos dois volumes da obra *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo, enquanto alocutor-escritor, institui e reinscreve um dizer fundacional da nacionalidade brasileira, estruturado em torno da marcha como acontecimento simbólico e da fronteira como forma enunciativa do pertencimento nacional.

No Volume I, a marcha é construída como acontecimento inaugural da brasilidade, cuja força está em predicar a mestiçagem e a mobilidade como fundamentos do sujeito nacional. O bandeirante é enunciado como nome que reinscreve o colonizador português, transformando-o em mestiço regenerado pelo contato com o território. A fronteira, nesse volume, é ativada como cena de nascimento: ela convoca, interpela, organiza o espaço simbólico da origem brasileira. A marcha, portanto, funciona como operador de uma identidade em deslocamento, produzida no contato entre o sujeito europeu e o espaço interior.

No Volume II, a marcha é reinscrita como instrumento de governabilidade e planejamento territorial, sobretudo no contexto do Estado Novo. O dizer do alocutor-escritor

desloca-se da narrativa histórico-identitária para a enunciação estatal: o bandeirismo deixa de ser apenas nome do passado e passa a operar como modelo de desenvolvimento moderno. A fronteira, nesse funcionamento, não desaparece, mas é reativada como espaço estratégico onde o país se reinscreve, agora sob a linguagem da técnica, da política pública e da ocupação planejada.

Enquanto no primeiro volume a fronteira é lugar de travessia e fundação do sujeito mestiço, no segundo ela é zona de gestão e atualização da nacionalidade. O movimento do dizer acompanha essa transformação: da enunciação memorialista à projeção doutrinária do Estado, da posse simbólica à organização racional do território.

As reescrituras operadas ao longo dos dois volumes, por substituição, expansão, condensação e repetição, mostram como o dizer da marcha é continuamente redito: seja para fundar a identidade (Vol. I), seja para justificar políticas de integração territorial (Vol. II). As articulações (por coordenação, dependência, incidência) sustentam esse funcionamento enunciativo, permitindo observar como o nome “Brasil” é produzido pela linguagem, e não apenas descrito por ela.

Em ambos os volumes, a fronteira aparece como forma produtora de sentidos, não como linha que separa, mas como lugar que funda. Ela é onde o país se reinventa, onde o sujeito nacional se reinscreve, onde o passado se atualiza como exigência do presente.

Assim, *Marcha para Oeste* não apenas narra ou interpreta a história: ela produz enunciativamente o Brasil como acontecimento em curso, por meio de um dizer que nomeia, organiza e projeta o país. A marcha não é apenas deslocamento territorial: é forma do dizer da nacionalidade, que se repete, se reinscreve e se atualiza em cada nova convocação à ocupação do território. O Brasil, neste dizer, ainda precisa acontecer, e a linguagem da marcha é o modo de enunciar essa permanência em transformação.

O Volume II de *Marcha para Oeste* aprofunda e reconfigura o dizer iniciado no volume anterior, deslocando a enunciação da ocupação colonial para uma dimensão mitológica, simbólica e política. Cassiano Ricardo, enquanto alocutor-escritor, atua aqui como operador enunciativo por um memorável nacional moldada pela mestiçagem, pelo bandeirismo e, sobretudo, pela legitimação da fronteira como cena permanente da brasilidade. Fronteira e marcha como fonte do dizer de brasilidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os sentidos que enunciam a fronteira na obra *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, a partir da perspectiva da Semântica do Acontecimento, compreendendo o texto não como narrativa histórico-literária ou representação do real, mas como prática enunciativa produtora de sentidos fundacionais para a constituição da identidade nacional brasileira. A investigação demonstrou que a marcha para o oeste e a fronteira, enquanto nomes em funcionamento enunciativo, atuam como operadores que organizam o território, o sujeito e a história a partir de um projeto de nacionalização do dizer.

Ao longo dos dois volumes, observou-se que o alocutor-escritor ocupa uma posição de enunciação que não apenas interpreta o passado, mas o reinscreve sob as condições ideológicas do Estado Novo, ativando uma memória regulada da ocupação territorial. Nesse processo, a mobilidade, a mestiçagem e o bandeirismo são predicados não como meros traços históricos, mas como categorias de identidade, funcionando como critérios de pertencimento à brasilidade.

No Volume I, a marcha é construída como acontecimento inaugural. O sertão é predicado como espaço simbólico de nascimento do Brasil mestiço; o bandeirante é nomeado como sujeito legítimo dessa fundação. A fronteira é construída como cena enunciativa de origem: é lugar de travessia, de reinvenção e de regeneração. As articulações enunciativas (por coordenação, dependência e incidência) e os processos de reescrituração (por substituição, elipse, sinonímia, condensação e expansão) organizam um dizer fundacional que

desloca o eixo da identidade nacional da costa para o interior, reescrevendo o europeu como mestiço e o litoral como ponto de partida para um pertencimento interiorano.

Já no Volume II, observa-se uma inflexão enunciativa. A marcha deixa de ser apenas nomeação do passado e passa a funcionar como diretriz estatal. A figura do bandeirante é reinscrita como operador moderno do planejamento territorial, e a fronteira torna-se categoria administrativa, convertida em espaço de gestão, integração e exclusão. A presença indígena, por exemplo, é reinscrita como “elemento necessário”, revelando uma predicação funcional e subordinada, que reduz a alteridade a instrumento da ocupação.

As análises mostram que *Marcha para Oeste* atua como dispositivo de linguagem que reinscreve a história como fundamento do presente, organizando sentidos de pertencimento e apagamento que sustentam práticas políticas e territoriais. A linguagem do texto não apenas narra — ela produz o território e o sujeito como acontecimentos de linguagem. A marcha, nesse funcionamento, não é apenas um evento histórico, mas forma de dizer a nacionalidade em sua continuidade.

A noção de fronteira emerge, assim, como elemento estruturante da cena enunciativa: ela não é limite físico, mas espaço de predicação, lugar onde o Brasil é dito como travessia, como invenção, como projeto em movimento. A fronteira é ativada como acontecimento simbólico e político, em que o colonizador europeu é reescrito em mestiço, e o sujeito nacional emerge não da origem pura, mas da dobra, da ambiguidade, da mistura. É no contato com o território, e na linguagem que o nomeia, que a brasilidade se produz.

A identidade nacional, portanto, não antecede a marcha: ela é construída na chegada à fronteira, predicada no acontecimento enunciativo que transforma o dizer colonial em dizer nacional. O sujeito brasileiro não é herdeiro direto da Europa — é um sujeito fronteiriço, atravessado por múltiplas temporalidades e espacialidades, cujo lugar de enunciação é a própria fratura entre colonização e reinvenção.

A marcha para o oeste, no funcionamento enunciativo da obra, não é apenas conquista territorial, mas procedimento de reinscrição simbólica da nacionalidade. E a fronteira, por sua vez, deixa de ser uma linha a ser superada e passa a operar como espaço produtor de sentidos da identidade brasileira, onde se operam reescrituras identitárias, apagamentos e atualizações do que se chama “nação”.

O mameluco, o bandeirante, o mestiço, todos são nomes que operam como sujeitos fundadores, atualizados no corpo da linguagem para instituir o Brasil como acontecimento em travessia. O Estado Novo, ao mobilizar esse dizer, não apenas retoma o passado: ele o

reinscreve como matriz de um projeto de nacionalização em curso, no qual o Brasil é nomeado como território ainda por fazer, não geograficamente, mas enunciativamente.

Por fim, a noção de fronteira emerge como elemento estruturante da cena enunciativa: ela não é apenas limite geográfico, mas espaço semântico-enunciativa onde se fundam as condições de possibilidade da brasilidade. Fronteira é travessia, é invenção, é repetição — é o lugar onde o Brasil se escreve como projeto em permanente deslocamento.

Assim, ao analisar *Marcha para Oeste* como acontecimento do dizer, este trabalho demonstrou como a linguagem participa da construção simbólica do território e da identidade nacional, instituindo sentidos que orientam práticas de poder, pertencimento e exclusão no espaço social e político brasileiro.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. de M. G. Novak e L. Néri. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

BITTENCOURT, José. O presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 32, maio 1943.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge;

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-145.

CARVALHO, Péricles Melo. A concretização da “Marcha para o Oeste”. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 13, ago. 1941.

DIAS, Luiz Francisco. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. **Questões de lingüística**. Passo Fundo: UFP, 2003.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. **Textualidade e Enunciação**. Campinas, SP, p.3-11, 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. História, sujeito e enunciação. In: **Cadernos de estudos linguísticos 35**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. In: **Rua**. Campinas, SP, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. Civilização na Lingüística brasileira no século XX. In: **Matraga**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2. Ed. 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de determinação. In: Guimarães, E.; Mollica, M. C. (orgs.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Palavras Próprias e Alheias** -Unicamp- Campinas –SP, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração – funcionamento enunciativo e sentido. In: GUIMARÃES, E. R. J. e ZOPPI FONTANA, M. G. (Orgs.). **Cadernos de estudos linguísticos 51/1**. Campinas, SP: Setor de Publicações – IEL/ UNICAMP, Jan./Jun, 2009 p. 49-68.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico enunciativo da linguagem. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP, Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. & MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). **A palavra; Forma e sentido**. Campinas: Pontes, 2007.

KARIM, Taisir M. **Dos nomes à história - o processo constitutivo de um estado** : Mato Grosso. Campinas-SP. 2012. Tese de doutorado.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Disponível em:
<https://pdfcoffee.com/126668742-lenharo-alcir-sacralizacao-da-politicapdf-pdf-free.html>.
 Acesso em: 05/01/2025.

MARCHA para Oeste – Cassiano Ricardo. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Marcha-para-Oeste-Cassiano-Ricardo.shtml>. Acesso em: 05/01/2025.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. *A fronteira: significação e valor*. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]. Disponível em: <file:///D:/fronteiras-significado-e-valor-310%20DOUTORADO.pdf>. Acesso em: 05/01/2025.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadãos e concidadãos nos discursos de posse da Primeira República**. *Signum: Estudos da Linguagem*, 2013, v.15, n.3, p. 105-128.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Cidadãos e concidadãos nos discursos de posse da Primeira República. **Signum: Estudos da Linguagem**, 2013, v.15, n.3, p. 105-128.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Os Sentidos do Povo -A Noção de Povo que se Constitui em Diferentes Discursividades**. Unicamp, Campinas, SP, p.7-30, 2005.

PRIA, Albano Dalla; GUIMARÃES, Eduardo; DIAS, Luiz Francisco; KARIM, Taisir Mahamudo. *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III)*. Campinas, SP: Pontes, 2021.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 111, mar. 1941.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: H. Holt, 1928.

VOGT, Carlos. **O Intervalo Semântico**. São Paulo: Ática, 1977.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

